



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LETICIA BATISTA DE LIMA

**O COMPORTAMENTISMO RADICAL PODE SER UM
INDIVIDUALISMO?**

Londrina
2025

LETICIA BATISTA DE LIMA

**O COMPORTAMENTISMO RADICAL PODE SER UM
INDIVIDUALISMO?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade estadual de Londrina como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.
Área de concentração: Análise do Comportamento.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Lopes.

Londrina
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

L732 Lima, Leticia Batista de.
O comportamentalismo radical pode ser um individualismo? / Leticia Batista de Lima. - Londrina, 2025.
96 f.

Orientador: Carlos Eduardo Lopes.
Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2025.
Inclui bibliografia.

1. Comportamentalismo Radical - Tese. 2. Individualismo - Tese. 3. Indivíduo - Tese. I. Lopes, Carlos Eduardo. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento.
III. Título.
CDU 159.9

LETICIA BATISTA DE LIMA

O COMPORTAMENTISMO RADICAL PODE SER UM INDIVIDUALISMO?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade estadual de Londrina como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.
Área de concentração: Análise do Comportamento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Lopes
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Profa. Dra. Carolina Laurenti
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Alexandre Dittrich
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Londrina, 24 de setembro de 2025

AGRADECIMENTOS¹

Agradeço à Universidade Estadual de Londrina, como representante das Universidades Públicas, por ter me permitido o acesso à graduação e pós-graduação. Agradeço, também, ao professor Carlos Eduardo Lopes pelas imprescindíveis orientações e pelo compartilhamento de seus conhecimentos durante a produção desta dissertação.

Agradeço aos meus amigos e familiares que me permitem o tempo e o espaço para descobrir o mundo e como existir nele. O encorajamento e o apoio constantes de vocês me dão afago para que meus erros também sejam formas de descobrir novas rotas. Este trabalho foi possível em grande parte por eu ter vocês ao meu lado.

RESUMO

LIMA, Leticia Batista. **O comportamentalismo radical pode ser um individualismo?** 2025. 96 f. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

Criado no contexto da sociedade ocidental, que se caracteriza por práticas individualistas, o comportamentalismo radical inicialmente parece se distanciar do individualismo, adotando por objeto de estudo o comportamento e não o indivíduo. Ainda assim, nas obras de B. F. Skinner vemos o “organismo que se comporta” ser referenciado como “indivíduo”, temos a afirmação da unicidade dos indivíduos e a argumentação de que é possível explicar o fenômeno de grupo por meio dos comportamentos individuais. Esta pesquisa é proposta como uma investigação teórico-conceitual com o objetivo de avaliar se o comportamentalismo skinneriano pode ser considerado um tipo de individualismo. Para sistematizar o conceito de “indivíduo” de acordo com os individualismos, foi feita uma busca em dicionários e enciclopédias por verbetes que incluíssem qualquer uma das seguintes palavras: individualismo (nos diferentes idiomas), “indivíduo” (e variações), e “personalismo” (personalism). Foram identificadas três principais linhas filosóficas individualistas: individualismo atomista, individualismo personalista e individualismo metodológico. Para comparar o conceito de “indivíduo” entre o comportamentalismo skinneriano e os individualismos, foram selecionados 52 capítulos de 13 livros de Skinner que apresentavam ao menos uma palavra com a raiz “individ” e que continham no nome conceitos relacionados aos três níveis de seleção que formam o ser humano e aos métodos e características de uma ciência do comportamento. A seleção também foi guiada por conceitos identificados como relevantes no estudo do individualismo: autoconsciência ou consciência, subjetividade, liberdade, relações sociais e instituições. Os capítulos selecionados foram lidos na íntegra. Os dados foram organizados em tabelas que indicam fonte, principais ideias do trecho sobre o indivíduo, citação direta do trecho, aproximações com o individualismo, e comentários. Por fim, foi realizada uma síntese textual comparando o conceito de “indivíduo” para o comportamentalismo skinneriano e os diferentes tipos de individualismo. Foram identificadas afirmações similares entre as três teorias individualistas e o comportamentalismo, destacando-se as teses sobre a singularidade da pessoa, assim como a defesa do desenvolvimento de teses gerais a partir do estudo de casos particulares. O individualismo e o comportamentalismo radical se diferem principalmente devido à análise seletiva adotada pelos comportamentalistas, que dificulta a comparação com os conceitos internalistas que são definidores de indivíduo e pessoa para os individualistas. O comportamentalismo radical afirma o indivíduo como resultado dos três processos de seleção pela consequência, composto por diferentes dimensões: o organismo como produto da filogênese, a pessoa como produto da ontogênese, e o *self* como produto da seleção cultural. O indivíduo é compreendido como o conjunto desses processos e resultados. Apesar das aproximações entre algumas afirmações sobre os fenômenos estudados, o comportamentalismo radical não é um tipo de individualismo no sentido utilizado pelas filosofias individualistas. O comportamentalismo radical apresenta uma teoria complexa, na qual o indivíduo tem grande importância, mas que só existe como tal em uma relação com o coletivo, e, portanto, o estudo do indivíduo requer um olhar menos condicionado à disputa dicotômica entre indivíduos e grupos.

Palavras-chave: indivíduo, individualismo, comportamentalismo radical

ABSTRACT

LIMA, Leticia Batista de. **Can radical behaviorism be an individualism?** 2025. 96 f. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

Created in the context of western society, which is characterized by individualistic practices, radical behaviorism initially seems to distance itself from individualism, adopting behavior rather than the individual as its object of study. Nevertheless, in the works of B. F. Skinner we see the “behaving organism” being referred to as the “individual”, we have the affirmation of the uniqueness of individuals and the argument that it is possible to explain group phenomenon through individual behaviors. This research is proposed as a theoretical-conceptual investigation with the objective of evaluating whether Skinnerian behaviorism can be considered a type of individualism. In order to systematize the concept of “individual” according to the individualisms, a search was made in dictionaries and encyclopedias for entries that included any of the following words: “individualism” (in different languages), “individual” (and its variations), and “personalism”. Three main philosophical theories about the individual were identified: atomistic individualism, personalistic individualism and methodological individualism. To compare the concept of “individual” between Skinnerian behaviorism and individualism, 52 chapters from 13 of Skinner’s books were selected, by the criteria that they had to contain in their text at least one word with the root being “individ” and their titles should have concepts related to the three levels of selection that form the human being and to the methods and characteristics of a science of behavior. The selection was also guided by concepts identified as relevant in the study of individualism: self-awareness or consciousness, subjectivity, freedom, social relations and institutions. The selected chapters were read in full. The data were organized in tables that indicate the source, the excerpt main arguments on the individual, a direct citation of the excerpt, similarity to an individualistic approach, and comments. A textual synthesis was written comparing the concept of “individual” for Skinnerian behaviorism and the different types of individualism. Similar statements were identified between the three individualist theories and behaviorism, such as the theses on the singularity of the person, as well as the defense of the development of general thesis based on the study of particular cases. Individualism and radical behaviorism differ mainly due to the selectionist method adopted by behaviorists, which makes it difficult to compare them with the internalist concepts that define the individual and the person for the individualists. Radical behaviorism affirms the individual as the result of the three processes of selection by consequence, it being constituted by three different dimensions: the organism as a product of phylogenesis, the person as a product of ontogenesis and the self as a product of cultural selection. The individual is understood as the set of these processes and their results. Despite the similarities between the phenomena studied, radical behaviorism is not a type of individualism in the sense used by individualistic philosophies. Radical behaviorism presents a complex theory, in which the individual is of great importance, but its existence is only possible in relation to the group, therefore, its study requires a perspective that is less conditioned by the dichotomous dispute between individuals and groups.

Key words: individual, individualism, radical behaviorism

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Verbetes sobre individualismo encontrados em cada fonte utilizadas	16
Tabela 2 –	Modelo de registro dos trechos sobre o indivíduo nos individualismos	17
Tabela 3 –	Capítulos selecionados para análise de “indivíduo” para Skinner	19
Tabela 4 –	Modelo de registro dos trechos sobre o indivíduo nos livros de Skinner	22

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS	14
MÉTODO	14
RESULTADOS E DISCUSSÕES	23
Os individualismos na literatura filosófica	24
Uma breve história do conceito de “indivíduo”	24
Individualismo atomista	27
Individualismo personalista ou personalismo	29
Individualismo metodológico	34
Comportamentalismo radical e os individualismos	38
Comportamentalismo radical e o individualismo atomista	38
Aproximações	38
Distanciamentos	45
Comportamentalismo radical e o individualismo personalista	51
Aproximações	51
Distanciamentos	55
Comportamentalismo radical e o individualismo metodológico	70
Aproximações	70
Distanciamentos	74
Comportamentalismo radical: um reconhecimento não individualista do indivíduo	83
CONCLUSÃO	88
REFERÊNCIAS	92

Introdução

A discussão sobre a psicologia moderna é caracterizada por Abib (2009) como uma discussão sobre uma epistemologia plural. Essa pluralidade diz de questões sobre sujeito, objetos, métodos, confluências e divergências filosóficas e práticas entre linhas teóricas. Com suas raízes em discussões filosóficas sobre a alma, a psicologia se desdobra em questionamentos sobre propriedades dos entes humanos, os quais muitas vezes são referidos como “indivíduos”. Mesmo em sua pluralidade teórica, há temas comuns às psicologias, como o *self*, a consciência, a percepção, o comportamento (Schultz & Schultz, 2011), de modo que o que é estudado pela psicologia são propriedades do indivíduo ou o próprio indivíduo.

O uso de “psicologismo” para designar uma redução de questões filosóficas ao que acontece com um indivíduo, e o emprego desse termo em oposição aos métodos da sociologia - visto como o estudo de coletivos e instituições (Heath, 2005/2020) - são indicativos de que a psicologia se concentraria no campo do individual. Desse modo, em sua história de investigação e na comparação com métodos de outras áreas, a psicologia não consegue escapar dos questionamentos sobre os indivíduos.

Em um contexto filosófico, o individualismo, ou mais precisamente a filosofia individualista tem sido considerada uma linha de pensamento de fundamental influência na sociedade ocidental (Dumont, 1985/1993). A psicologia como área de conhecimento que versa sobre propriedades do indivíduo, e como uma área científica desenvolvida no ocidente (Schultz & Schultz, 2011), abre questionamentos sobre suas relações com a filosofia individualista.

O individualismo é uma doutrina ou um modo de pensar as dinâmicas e a natureza dos sistemas sociais tomando o indivíduo como referência e o colocando na posição de primazia frente a grupos e à sociedade como um todo (Ferrater Mora, 1951a; Johnson, 1995/1997b).

Assumindo o individualismo como uma característica ocidental, Dumont (1985/1993) aponta que a gênese da filosofia individualista se encontra em algumas práticas religiosas do cristianismo. Dois pontos da filosofia e prática cristãs poderiam ser apontados como a base do individualismo moderno: a figura do renunciante e a noção de alma.

Nos primórdios do cristianismo, o “renunciante” ou “indivíduo-fora-do-mundo” (Dumont, 1985/1993), era aquele que se distanciava do mundo social para aprender e viver a verdade cristã (não-mundana), e que depois retornava para aconselhar e “salvar” os demais. Esta visão não implica em um indivíduo em total oposição ou aversão ao mundo, tendo em vista que, apesar de se ausentar do convívio, ele retornava oferecendo uma nova perspectiva do nível mundano das relações (Dumont, 1985/1993).

Já a alma foi apresentada pelo cristianismo como uma propriedade individualizada, mas que, tal como no caso do “renunciante”, não implicava em uma aversão ao que é social. Mesmo que individualizada, a comunhão com Cristo ainda se caracterizava como holística, e tinha seu sentido na prática em comunidade. Esse cenário vai se alterar com a reforma protestante (Dumont, 1985/1993).

Para Dumont (1985/1993), o protestantismo aproximou o mundo espiritual do mundo material, modificando em alguns pontos a relação hierárquica entre aquilo que é do mundo terreno e aquilo que é de fora—deste-mundo (o paraíso cristão, neste caso). Esta aproximação fez com que preocupações e características desses “dois mundos” interagissem e transitassem para além dos limites antes estabelecidos.

A maior aproximação de líderes religiosos com posições de poder político entre os séculos XIV e XVI contribuiu para o desenvolvimento do conceito de sociedade como um conjunto de pessoas individualizadas na sua relação com o Deus cristão e depositários da razão (Dumont, 1985/1993). É nessa intercambialidade de conceitos e práticas que os juristas

passaram a versar sobre os direitos dos indivíduos e aos poucos o holismo foi perdendo espaço para o individualismo moderno.

Diferentemente de Dumont (1985/1993), que dá destaque aos processos cristãos e do Direito, Renaut (1995/1998) aponta que é a “queda do cosmo antigo” e o surgimento do movimento humanista que possibilita que o individualismo se torne uma filosofia dominante na modernidade. Para o autor, a revolução galileiana fomentou uma nova visão sobre o funcionamento do cosmos, o que gerou algumas teorias sobre liberdade e autonomia com características diferentes das produzidas em outros momentos históricos. Os novos debates possíveis, a partir de então, permitiram o posicionamento do indivíduo “como princípio e valor” para as leis e organizações sociais (Renaut, 1995/1998).

Nessa mudança de cosmos, Renaut (1995/1998) alude à passagem de uma liberdade heteronômica da Grécia Antiga para uma liberdade autonômica na Modernidade. A heteronomia diz respeito a uma liberdade que tem suas regras adquiridas do mundo externo, as leis são concebidas em harmonia com o que se entende que a natureza impõe. Já a liberdade autonômica toma como parâmetro as “vontades internas” do indivíduo, é uma liberdade de autodeterminação e, por isso, não aceita imposições ou influências externas (Renaut, 1995/1998).

É nesse contexto que surge o argumento de que o ser humano tem direito à “liberdade de consciência” como fruto da ideia liberal-contratualista de que os súditos devem ser capazes de resistir a um tirano. Essa ideia de liberdade é a que vai abrir o caminho para que outros tipos de liberdades sejam discutidas, e para que a liberdade torne-se uma demanda fundamental do que caracteriza o individualismo moderno (Dumont, 1985/1993).

O individualismo se insere também em uma discussão sobre as noções de “todo” e “parte” quanto à existência e o estudo do ser e da natureza dos fenômenos ditos “sociais”. Neste contexto, na visão ontológica dessa filosofia há a defesa de que um corpo social nada

mais é do que a junção de indivíduos e de suas ações (Lukes, n.d.), sendo o indivíduo a unidade a ser estudada neste sistema quanto se trata da construção de um método (Johnson, 1995/1997c). Em contraposição, o holismo é a filosofia na qual se afirma que há uma relação funcional entre as partes de um sistema social (indivíduos) e o sistema em si é resultado dessas relações e não mera junção das características e práticas individuais (Johnson, 1995/1997c).

O objeto de estudo da filosofia individualista é, assim, o indivíduo como um valor em si mesmo (Dumont, 1985/1993). Nessas diferentes formas de compreender a relação do indivíduo com as instituições e sociedade, a filosofia individualista é subdividida em duas principais noções de indivíduo: o indivíduo como um “ser singular” e o “indivíduo atomizado” (Ferrater Mora, 1951a). Ainda sobre o valor do indivíduo em si mesmo, as propostas metodológicas de estudo do indivíduo também são justificadas sob essa lógica (Heath, 2005/2020).

Se assim como a teoria individualista considerarmos o ser humano como racional, autônomo e livre, podemos assumir que suas relações com o mundo são escolhas lógicas, autorreferentes e autônomas. É possível argumentar, então, que uma área que objetiva ter o indivíduo como objeto de estudo, deve levar em consideração tais características ao desenvolver suas investigações.

Mesmo tendo se desenvolvido no ocidente (que, como já sinalizado, é marcado por práticas de uma filosofia individualista), o comportamentalismo radical de B. F. Skinner parece, em um primeiro momento, afastar-se do individualismo. Diferentemente da filosofia individualista, Skinner não adota o indivíduo como seu objeto de estudo, mas, sim, o comportamento dos organismos (Skinner, 1953/2005).

Na teoria skinneriana, o conceito de comportamento operante descreve o ser humano como um organismo que interage com o ambiente - sendo modificado por esse e o

modificando, o ser humano é visto sob um olhar histórico - além de destacar a origem social do autoconhecimento (Skinner, 1953/2005), a defesa de uma propensão filogenética à socialização e a afirmação de que o mundo social é um dos ambientes que controlam o comportamento humano (Skinner, 1957/2014). De acordo com essa teoria, o controle social pode estar associado a práticas que promovem a sobrevivência da espécie, e o ser humano é tido como dependente do mundo ao seu redor (Skinner, 1971/1973).

Apesar desses pontos aparentemente divergentes do individualismo, ao longo das obras de Skinner o “organismo que se comporta” é constantemente referenciado como um “indivíduo”. Mesmo na abordagem de temas sociais, como as agências controladoras e os processos culturais, Skinner parece adotar o indivíduo como referencial, por exemplo, quando afirma que o comportamento individual pode explicar o fenômeno de grupo (Skinner, 1953/2005). Além disso, ele reconhece e enfatiza que o indivíduo é único, e que sua individualidade é inquestionável (Skinner, 1971/1973).

Vale ressaltar, ainda, que o principal conceito skinneriano - o de comportamento operante - foi desenvolvido a partir de pesquisas com delineamento de sujeito único, que tem por referência o desenvolvimento comportamental de organismos individuais e se opõe aos delineamentos de grupo justamente porque apagam as características individuais dos sujeitos (Skinner, 1959/1999).

O indivíduo também é referência para se discutir o desenvolvimento do repertório comportamental, processos de reforçamento e punição (Skinner, 1959/1999), processos educacionais (Skinner, 1968/2003, 1978) e a noção de liberdade (Skinner, 1971/1973). A defesa de programas de ensino que respeitem a “individualidade” dos estudantes (Skinner, 1968/2003) também reafirma a importância dada ao indivíduo na proposta skinneriana. Essas características parecem, portanto, aproximar o comportamentalismo radical de um

individualismo, na medida em que recusa apagar ou reduzir o indivíduo em um coletivo indiferenciado.

A identificação do comportamentalismo radical como um tipo de individualismo é uma interpretação justificável? Em outras palavras, o reconhecimento do indivíduo e as afinidades com algumas características individualistas permitem considerar essa filosofia do comportamento um individualismo? Este projeto de pesquisa pretende enfrentar essas questões.

Objetivos

Objetivo Geral

Avaliar se a proposta skinneriana pode ser classificada como um tipo de individualismo.

Objetivos específicos

- Especificar as características do conceito de indivíduo em diferentes formas de individualismo;
- Comparar as características do conceito de indivíduo no comportamentalismo radical skinneriano com as apresentadas pelas diferentes formas de individualismo.

Método

Esta pesquisa se caracteriza como uma investigação teórico-conceitual (Dittrich et al., 2024) voltada para o conceito de “indivíduo”, mais especificamente para a compreensão desse conceito em diferentes formas de individualismo e no comportamentalismo radical. Uma pesquisa teórico-conceitual se caracteriza por ser uma interpretação de um conceito ou de uma rede de conceitos de uma teoria, justificando-se no esclarecimento de ambiguidades,

preenchimento de lacunas e identificação de potenciais produções relevantes para a área (Laurenti et al., 2016).

Nesta pesquisa, o conceito não é uma verdade sobre determinado fenômeno, e o objetivo não é encontrar um consenso no seu emprego independente da teoria ou função de sua utilização. Um conceito é compreendido aqui como uma ferramenta de interação com o mundo, que surge contextualizado e se altera de acordo com as contingências com as quais interage (Dittrich et al., 2024). Essa análise visa identificar as aproximações e distanciamentos da compreensão de “indivíduo” entre os individualismos e o comportamentalismo radical e identificar as implicações filosóficas dessas na classificação do comportamentalismo radical como um individualismo.

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas.

Etapa 1: Caracterização do conceito de “indivíduo” em filosofias individualistas.

Nessa etapa foram realizados levantamentos em dicionários e enciclopédias com o objetivo de caracterizar o conceito de “indivíduo” de acordo com diferentes tipos de individualismo. As obras de referência selecionadas foram: (1) Dicionário de Filosofia (Ferrater Mora, 1951a, 1951b, 1951c); (2) Dicionário de Sociologia (Johnson, 1995/1997b, 1995/1997c); (3) Encyclopedia Britannica (Encyclopedia Britannica, 2013; Lukes, n.d.); e (4) The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Heath, 2005/2020; Williams & Bergtsson, 2009/2022). Foram buscados os verbetes que incluíssem qualquer uma das seguintes palavras: individualismo (nos diferentes idiomas), “indivíduo” (e variações), e “personalismo” (personalism). Cada verbete foi buscado de acordo com o idioma do material utilizado.

Foi realizada a busca pelas palavras-chave listadas anteriormente nas versões digitalizadas dos dicionários e enciclopédias. As entradas que estavam diretamente relacionadas à discussão sobre o individualismo foram selecionadas e lidas integralmente.

Para a primeira etapa, os verbetes selecionados se relacionam da seguinte maneira: “individualismo” estava presente nas fontes 1 (Ferrater Mora, 1951a), 2 (Johnson, 1995/1997b) e 3 (Lukes, n.d.), “personalismo” nas fontes 1 (Ferrater Mora, 1951c), 3 (Encyclopedia Britannica, 2013) e 4 (Williams & Bergtsson, 2009/2022); “indivíduo” apenas na fonte 1 (Ferrater Mora, 1951b); “individualismo metodológico” estava presente nas fontes 2 (Johnson, 1995/1997c) e 4 (Heath, 2005/2020). Os verbetes “individualismo clássico” e “individualismo atomista” não foram encontrados em nenhuma das fontes. Apesar da ausência total ou parcial de alguns verbetes nas fontes, em diversos casos tais verbetes são citados como parte do texto dos demais identificados e selecionados.

Tabela 1

Verbetes sobre individualismo encontrados em cada fonte utilizada

Verbete	Fonte			
	1	2	3	4
Individualismo	x	x	x	
Individualismo atomista				
Individualismo clássico				
Individualismo metodológico		x		x
Indivíduo	x			
Personalismo	x		x	x

Todo material selecionado foi sistematizado de acordo com a Tabela 2. Nos textos foram identificados e selecionados trechos sobre o indivíduo, sobre teorias individualistas e seus contextos. Na primeira coluna da tabela foi feita a identificação da fonte, na segunda coluna foram apresentadas as descrições dos principais pontos dos trechos selecionados, na terceira coluna os trechos foram transcritos de modo direto, e na quarta coluna foi descrito o

tipo de individualismo correspondente ao trecho apresentado - caso fosse identificável. A quinta e última coluna abria espaço para comentários, caso fossem necessários.

Tabela 2

Modelo de registro dos trechos sobre o indivíduo nos individualismos

Individualismos				
Fonte	Principais ideias do trecho	Citação direta do trecho	Tipo de individualismo	Comentários

Etapa 2: Comparação entre o conceito de “indivíduo” dos individualismos e no comportamentalismo radical

Nessa etapa foi feito um levantamento em livros de B. F. Skinner com o objetivo de identificar as discussões sobre o indivíduo em sua proposta de comportamentalismo radical, de modo que fosse possível compará-la às das filosofias individualistas. As fontes foram selecionadas a partir de Andery, Micheletto & Sérgio (2004), sendo elas: *The Behavior of Organisms: An Experimental Analysis* (1938); *Walden Two* (1948/1972); *Science and Human Behavior* (1953/2005); *Schedules of Reinforcement*, (1957/2014); *Verbal Behavior* (1957/2020); *Cumulative Records: Definitive Edition* (1959/1999); *The Technology of Teaching* (1968); *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis* (1969/2013); *Beyond Freedom and Dignity* (1971/1973); *About Behaviorism* (1974); *Reflections on Behaviorism and Society* (1978); *Notebooks* (1980); *Skinner for the Classroom* (1982); *Enjoy Old Age: A Program of Self Management* (1983); *Upon Further Reflection* (1987); *Recent issues in the analysis of behavior* (1989). As autobiografias e o livro *The Analysis of Behavior* não foram considerados por sua natureza - autobiográfica e de autoinstrução respectivamente. *The Behavioral and Brain Sciences* (1984) aparece em Andery, Micheletto & Sérgio (2004)

como uma coleção de *papers*, mas foi selecionada como fonte uma vez que há uma publicação como livro.

De início, foram identificados os capítulos que apresentavam ao menos uma palavra com a raiz “individ”, e desses foram selecionados os títulos que traziam conceitos relacionados aos três níveis de seleção que permitissem uma compreensão do ser humano e dos métodos e características de uma ciência do comportamento humano (como uma forma de investigação do indivíduo). A seleção também foi guiada por conceitos identificados como relevantes no estudo das diferentes formas de individualismo, tais como: autoconsciência, subjetividade, liberdade, relações sociais, instituições. Foram selecionados 52 capítulos, lidos em sua íntegra.

Os capítulos de mesmo título em publicações foram selecionados da seguinte forma: se apresentavam diferente quantidade de palavras com a raiz “indiv”, selecionava-se o com a maior quantidade. Os capítulos que apresentavam a mesma quantidade dessas palavras foram analisados somente uma de suas versões.

Os trechos selecionados e analisados foram aqueles correspondentes aos mesmos critérios que a seleção de capítulos. Dada a limitação de tempo para a realização da pesquisa, optou-se pelos títulos e trechos que apresentavam de modo “generalista” os principais conceitos relacionados ao tema e que permitisse uma relação mais direta com as discussões das filosofias individualistas.

Um título ou um trecho “generalista” foi identificado como aqueles que apresentavam definições e/ou descrições de conceitos básicos da análise do comportamento e dos conceitos identificados como relevantes nas definições feitas a partir do individualismo. Um exemplo são os capítulos “What is man?” (Skinner, 1971/1973) e “Culture and control” (Skinner, 1953/2005); no primeiro caso, ao discutir o que é o “homem”, espera-se referências ao

indivíduo; no segundo caso, a noção de controle é importante em um diálogo com versões de individualismo que consideram a "liberdade individual" como central.

Outro exemplo que pode ser apresentado é o da seleção de trechos relacionados ao autocontrole. Trechos que apresentavam uma definição com conceitos básicos foram selecionados, como “O organismo pode tornar a resposta punida menos provável alterando variáveis das quais ela é função. Qualquer comportamento que seja bem-sucedido em fazer isso será automaticamente reforçado. Nós chamamos tal comportamento de autocontrole” (Skinner, 1953/2005, p. 230). Enquanto trechos que apresentavam discussões mais específicas do autocontrole foram deixados de fora da seleção, como

Suicídio é outra forma de autocontrole. Obviamente um homem não mata a si mesmo por ter escapado anteriormente de uma situação aversiva ao fazê-lo. Como já vimos, o suicídio não é um tipo de comportamento ao qual a noção de frequência da resposta pode ser aplicada. Se isso acontece, os componentes do comportamento devem ter sido reforçados separadamente. (Skinner, 1953/2005, Cap 15, p. 232)

Trechos que apresentavam alguns termos mais aprofundados foram selecionados ocasionalmente devido às informações que os acompanhavam e à adequabilidade para o debate sobre o indivíduo e sobre os métodos de estudo do indivíduo.

A Tabela 3 sistematiza a seleção dos capítulos, indicando o livro e o respectivo ano de publicação de cada texto. Nos casos em que a edição do livro consultado não foi a primeira, o ano da publicação original foi seguido pelo ano da edição consultada, separados por barra.

Tabela 3

Capítulos selecionados para análise de “indivíduo” para Skinner

Ano	Livro	Capítulo
-----	-------	----------

1938	The Behavior of Organisms: An Experimental Analysis	Cap. 3: Conditioning and Extinction
1953/2005	Science and Human Behavior	Cap. 2: A science of behavior Cap. 3: Why organisms behave Cap. 4: Reflexes and conditioned reflexes Cap. 5: Operant behavior Cap. 15: Self-Control Cap. 17: Private events in a natural science Cap. 18: The self Cap. 19: Social behavior Cap. 20: Personal Control Cap. 21: Group control Cap. 27: Culture and control
1959/1999	Cumulative Records: Definitive	Parte 1, Some issue concerning the control of human behavior Parte 1, "Man" Parte 2, The analysis of behavior Parte 2, The experimental analysis of behavior Parte 8, Why is the behavior science not more effective Parte 9, Can psychology be a science of the mind
1968	The technology of teaching	Cap. 8: The creative student
1969/2013	Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis,	Cap. 5: Operant behavior Cap. 7: The phylogeny and ontogeny of behavior
1971/1973	Beyond Freedom and Dignity	Cap. 2: Freedom Cap. 3: Dignity

		Cap. 7: The evolution of a culture
		Cap. 9: What is man?
1974	About Behaviorism	Cap. 1: The causes of behavior
		Cap. 2: The world within the skin
		Cap. 3: Innate behavior
		Cap. 4: Operant behavior
		Cap. 10: The inner world of motivation and emotion
		Cap. 11: The self and others
		Cap. 12: The question of control
		Cap. 13: What is inside the skin?
		Cap. 14: Summing up
1978	Reflections on Behaviorism and Society	Cap. 6: The steep and thorny way to a science of behavior
		Cap. 9: The experimental analysis of behavior (A history)
		Cap. 13: The shaping of phylogenic behavior
		Cap. 17: Freedom and dignity revisited
1980	Notebooks	State and individual
		Theory of subjective values
		Traits
		The individual and the culture
		Group goals
1982	Skinner for the Classroom	Cap. 2: A case history in scientific method
		Cap. 6: Freedom and the control of men
1987	Upon Further Reflection	Cap. 5: The evolution of behavior
1984	The Behavior and Brain Science: Canonical papers	Selection by consequences
		Some consequences of selection (resposta) ^a

		Methods and theories in the experimental analysis of behavior
1989	Recent issues in the analysis of behavior	Cap. 1: The place of feeling in the analysis of behavior
		Cap. 3: The initiating self, 1984
		Cap. 5: Genes and behavior

^a Não se trata de um capítulo, mas de uma sessão de resposta a um *paper*.

Para classificar as proximidades entre as descrições e conceituações comportamentalistas radicais e as dos individualismos foram consideradas aproximações parciais ou integrais. A análise do material foi orientada e sistematizada de acordo com a Tabela 4.

Tabela 4

Modelo de registro dos trechos sobre o indivíduo nos livros de Skinner

Comportamentalismo				
Fonte	Principais ideias do trecho	Citação direta do trecho	Aproximações com o individualismo	Comentários

Após a sistematização, os trechos que tratam sobre o “indivíduo” de acordo com o comportamentalismo radical foram comparados com a conceituação presente nas filosofias individualistas. Por fim, foi produzido um texto-síntese buscando responder às questões propostas na pesquisa. Esta síntese também foi escrita a partir de literaturas secundárias, selecionadas a partir do conhecimento prévio dos pesquisadores sobre textos relevantes para uma discussão do caráter pragmatista e selecionista do comportamentalismo radical, compreendidos como relevantes para a discussão proposta na presente pesquisa. Os textos da literatura secundária utilizados foram: Andery, Micheletto e Sérgio (2002), Lopes e Laurenti,

2014), Moxley (2004). A referência de Patto (1984/2022) foi utilizada de modo a ilustrar as críticas que acusam o comportamentalismo radical de ignorar importantes aspectos constituintes do indivíduo.

Resultados e Discussão

Os resultados dispostos aqui seguem por três dimensões: 1) os dados quantitativos da análise realizada; 2) uma caracterização dos individualismos na literatura filosófica; e 3) uma discussão de algumas relações entre os tipos de individualismos identificados e o comportamentalismo radical.

Todo o material analisado na primeira etapa foi sistematizado nos parâmetros da Tabela 2, sendo encontrada uma diversidade de detalhamentos, nomeações de autores e filiações e oposições às definições apresentadas. Foram descritos 146 trechos sobre o indivíduo de acordo com as filosofias individualistas identificadas nos textos de todas as fontes. Desses trechos, 3 foram classificados como referentes ao “Individualismo Atomista”, 82 trechos identificados como “Individualismo Personalista” e 42 trechos como “Individualismo Metodológico”. Ficaram sem classificação 19 trechos, pelo fato de versarem sobre outros aspectos do indivíduo e individualismo que não uma definição nem uma contextualização do conceito investigado.

Na segunda etapa, todo o material analisado foi sistematizado nos parâmetros da Tabela 4, sendo encontrados trechos com discussões referentes ao indivíduo para o comportamentalismo radical e as proximidades com os três tipos de individualismo identificados. Os distanciamentos foram identificados a partir de uma leitura simples dos trechos, não passando por um processo sistematizado de identificação.

Identificou-se 771 trechos com discussões comportamentalistas sobre o indivíduo de acordo com o comportamentalismo radical em seu aspecto ontológico e epistemológico.

Desses trechos comportamentalistas, 24 foram classificados como contendo algum aspecto aproximado com o “Individualismo Atomista”, 41 trechos com aspectos próximos do “Individualismo Personalista” e 36 trechos que se aproximam do “Individualismo Metodológico”. Os demais trechos não se classificaram como aproximações pois versavam de aspectos específicos da análise do comportamento e suas críticas a outras teorias - como as de base internalistas.

Os individualismos na literatura filosófica

O resultado da análise dos verbetes de obras de referência de filosofia permitiu a identificação de duas convergências nesse material. Em primeiro lugar, diferentes fontes analisadas apresentaram uma história bastante similar do conceito de indivíduo, com a função de contextualizar e fundamentar as propostas de filosofias individualistas em noções de indivíduo específicas (e historicamente construídas). Em segundo lugar, a análise das fontes permitiu a identificação de três tipos de individualismo: atomista, personalista e metodológico.

Seguindo por essas convergências, iniciamos apresentando uma história filosófica do conceito de indivíduo, que culmina em diferentes concepções de indivíduo. Em seguida, discutiremos cada um dos tipos de individualismo mencionados, com destaque para suas características filosóficas.

Uma breve história do conceito de “indivíduo”

O individualismo é uma doutrina que aloca o indivíduo como o cerne dos questionamentos e das respostas filosóficas sobre a essência da existência humana, sobre as relações entre indivíduos e a relação entre indivíduos e sistemas sociais. Como objeto de

estudo dessa filosofia, o indivíduo assume um lugar de primazia frente a tudo que se refere ao coletivo (Ferrater Mora, 1951a; Johnson, 1995/1997b).

O conceito de “indivíduo”, que é central e fundamental nas doutrinas individualistas, trata de uma palavra com origem em vocábulos latino e grego, uma afirmação do indivíduo como algo “indiviso” e “indivisível”. A partir do momento em que é dividido, este deixa de ser indivíduo (Ferrater Mora, 1951b). As explicações, conceituações e especificações deste conceito se diversificaram em diversos momentos históricos.¹

Na Roma Imperial, Sêneca afirmou o indivíduo como um ente indivisível, mas negou a esse a singularidade e a necessidade de existência em isolamento (Ferrater Mora, 1951b). Porfírio, em contraposição, indica a singularidade ao dizer que o indivíduo é uma entidade de atributos irrepetíveis, pertencentes somente a essa entidade específica. Boécio ao comentar Porfírio, destaca as possibilidades de compreensão desse conceito a partir de diferentes modelos de análise, demonstrando-o como campo fértil para debates filosóficos (Ferrater Mora, 1951b).

É a partir da modernidade, no entanto, que o individualismo como um corpo teórico sistematizado passa a existir, com seu objeto de estudo - o indivíduo - sendo compreendido sob a lógica possível apenas nesse contexto histórico. O conceito de indivíduo passa a ser mais utilizado como “este determinado ser” na vida comum a partir de Leibniz e assim a noção de indivíduo moderno começa a despontar (Ferrater Mora, 1951b). É este indivíduo moderno e as teorias criadas sobre ele, neste contexto, que baseiam as linhas individualistas de maior destaque.

¹ O surgimento de um conceito de indivíduo que fundamenta as teorias individualistas não se dá aleatoriamente, mas como produto das contingências de determinados contextos históricos. Nas definições de Sêneca e Porfírio, e outros como de Epicuro, o contexto apresentado é um no qual as instituições estão enfraquecidas e a busca por respostas em si mesmo aparece como uma tentativa de se realocar seu pertencimento no mundo (Chauí, 2018). A autarquia ou autonomia que caracteriza o indivíduo do individualismo também pode ser vista emergindo com o surgimento da sociedade de mercado e a complexificação das redes de relações interpessoais e as mudanças nas instituições e hierarquias (Tourinho, 2009).

Na contemporaneidade o “status ontológico” do indivíduo e questões sobre o indivíduo como um todo se tornaram foco de pesquisas. Esse foco gera discussões que se estendem para além dos indivíduos, investigando, também, os esquemas conceituais utilizados no estudo desses entes (Ferrater Mora, 1951b).

De início, assume-se o indivíduo como um corpo íntegro, até mesmo inviolável, mas desse conceito aparentemente tão sucinto, muitas teorias se desdobram. Há, então, uma diferenciação entre uma visão numérica do indivíduo - como uma unidade representante de uma espécie - e uma visão mais qualitativa do indivíduo - como um ente de existência singular (Ferrater Mora, 1951a).

A visão numérica do indivíduo descreve um indivíduo intercambiável com qualquer outro da espécie, com uma individualidade mais hermética e sem caráter subjetivo - no sentido de unicidade capaz de o diferenciar dos demais. Por sua vez, o ente singular é apresentado como o indivíduo que possui uma subjetividade, o que gera uma existência singular, de modo que este não possa ser substituído por nenhum outro, mesmo que da mesma espécie (Ferrater Mora, 1951a).

Essas duas visões de indivíduos sustentam diferentes tipos de individualismo. No material analisado nesta pesquisa foi possível identificar três formas de individualismo: o individualismo atomista, o individualismo personalista ou personalismo, e o individualismo metodológico (Ferrater Mora, 1951a, 1951c; Heath, 2005/2020; Williams & Bergtsson, 2009/2022). Os dois primeiros tipos são teorias ontológicas, e a diferenciação entre a descrição numérica e a qualitativa do indivíduo estão associadas às linhas do individualismo atomista e à do individualismo personalista (ou personalismo), respectivamente. O terceiro tipo de individualismo, o metodológico, restringe-se ao campo epistemológico, apresentando-se como um recurso heurísticamente útil, buscando evitar uma filiação explícita a qualquer ontologia.

Individualismo Atomista

O individualismo atomista é apresentado como uma filosofia fundamentada na conceituação do indivíduo como um átomo social, de formação pré-social, intercambiável por qualquer outro da mesma espécie, e que carrega em sua definição a oposição a tudo que é outro - indivíduos e coletividades (Ferrater Mora, 1951a). Por conta disso, aponta-se que a visão individualista atomista tem um caráter ahistórico ou anti-histórico de indivíduo, no sentido de que este não está sujeito ao tempo (Ferrater Mora, 1951a).

A oposição desse *individuum* àquilo que é outro é apresentado como fundamento indissociável de seu processo de constituição como átomo social. Quanto à essa definição de indivíduo, aponta-se que nessa linha teórica há uma importante - mesmo que não tão delimitada - divergência quanto à definição de que o indivíduo existe em oposição aos outros e às instituições, havendo três níveis de compreensão da intensidade dessas relações de oposição (Ferrater Mora, 1951a).

A linhagem atomista mais radical afirma que o indivíduo está em necessária oposição aos outros e às instituições. Essa linhagem é lida como uma concepção radical por assumir que ela não considera qualquer possibilidade de conciliação entre indivíduos e as instituições. Algumas linhas anarquistas e a proposta de individualismo radical de Max Stirner são apresentadas como possíveis exemplos de teorias que se fundamentam nessa radicalização do indivíduo como átomo (Ferrater Mora, 1951a).

Uma segunda visão atomista defende a oposição como inegável, mas sem conexões deterministas causais com um possível caráter antissocial do indivíduo. Nesse ponto de vista, a conciliação entre indivíduo e as instituições é possível, mas de nenhum modo o indivíduo deixa de ser a entidade de referência para avaliações de instituições e grupos, ao ponto que a sociedade ser compreendida como “um conjunto de indivíduos” com a função de ser um meio

de satisfazer ao máximo as vontades individuais (Ferrater Mora, 1951a). Exemplos dessa linhagem seriam algumas das doutrinas jusnaturalistas, contratualistas e utilitaristas.

O terceiro modo de compreender essa relação está associado ao “liberalismo otimista” e que diz mais da possibilidade e da necessidade de harmonia entre os indivíduos em suas relações, desde que se permita a expressão desses como indivíduos (Ferrater Mora, 1951a).² Nota-se que, mesmo em suas diferenças, o referencial continua o mesmo, o indivíduo em sua superioridade frente suas relações e o coletivo.

Sobre o lugar que as interações sociais ocupam na existência de indivíduos que existem em oposição ao social, a leitura apresentada é a de que em uma abordagem individualista “clássica” as interações sociais são meios para um fim. O fim que se busca alcançar responde a um autointeresse - sendo o autointeresse apontado como o grande motivador do comportamento humano (Lukes, n.d.).

O individualismo atomista também é apontado como sendo a filosofia que está na raiz da teoria do liberalismo econômico (Ferrater Mora, 1951a). De acordo com essa teoria, somente indivíduos podem ser proprietários de bens, e para garantir seus bens, utilizam-se da moral e da política. Adam Smith é nomeado como um dos autores dessa filosofia (Ferrater Mora, 1951a; Lukes, n.d.).

O individualismo atomista é acusado de reduzir o campo da sociologia à psicologia, uma vez que afirma a possibilidade de se caracterizar o indivíduo de modo íntegro em um contexto pré-social (Heath, 2005/2020). Nesse sentido, os acontecimentos e dinâmicas sociais poderiam ser previstos ao se estudar o indivíduo atomizado e descontextualizado, sem a necessidade do estudo de grupos e sociedades (Williams & Bengtsson, 2009/2022).

² Ferrater Mora (1951a) utiliza o termo “liberalismo otimista” como exemplo de uma postura ainda mais aberta para as relações entre indivíduos e instituições e coletividades - em relação aos posicionamentos citados nos parágrafos anteriores. O termo não é explicado com detalhes, e não foi encontrado o emprego do mesmo em outras fontes.

A apresentação do individualismo atomista como um pensamento radical de isolamento do indivíduo aparenta ser uma caracterização feita a partir de uma análise crítica e dessa teoria. A definição feita diretamente pelos supostos autores “individualistas atomistas” não foi encontrada nos verbetes analisados, mas, ainda que apresentado a partir de um olhar aparentemente crítico, a conceituação aqui apresentada foi recorrentemente nas fontes de dados desta pesquisa, figurando como uma relevante caracterização de um tipo de individualismo.

Desse modo, temos que os fundamentos que agrupam os chamados “individualismos atomistas” podem ser pontuados como o caráter “atômico” - de isolamento e completez pré-social- do indivíduo que é afirmado na oposição dessas unidades aos demais, a oposição a toda forma de coletivismo devido à ameaça à liberdade, a intercambialidade entre indivíduos, a defesa da liberdade individual, e seu caráter ahistórico ou antihistórico (Ferrater Mora, 1951a).

Individualismo Personalista ou Personalismo

A teoria individualista que conceitua o indivíduo com uma abordagem mais qualitativa é a do “personalismo” ou “individualismo personalista” (Ferrater Mora, 1951a), sendo “personalismo” um termo derivado do latim *persona* (Encyclopedia Britannica, 2013). O personalismo é uma teoria comumente idealista e teísta, que afirma que a pessoa deve ser o ponto inicial de toda reflexão filosófica, assim como ela é a explicação última para as questões epistemológicas, ontológicas e axiológicas de todo o princípio da realidade (Williams & Bengtsson, 2009/2022).

O personalismo desenvolve e faz uso de um conceito “positivo” de indivíduo, que não é compreendido como um ser constituído em oposição aos outros e às instituições, mas constituído a partir de virtudes e qualidade irreduzíveis e irrepetíveis, um indivíduo que é

pessoa por sua singularidade (Ferrater Mora, 1951a; Williams & Bergtsson, 2009/2022). O personalismo rejeita conceituações abstratas de um ser universal, formulando um conceito de pessoa como um ser consciente e livre que não pode ser deduzido de nenhuma coisa ou substância (Ferrater Mora, 1951c).

De acordo com os personalistas a pessoa é constituída por sua singularidade e irreduzibilidade (Ferrater Mora, 1951a; Williams & Bergtsson, 2009/2022), sendo inerentemente moral e completamente autodeterminado (Encyclopedia Britannica, 2013; Williams & Bergtsson, 2009/2022). Para os personalistas, a pessoa também teria um conjunto de capacidades responsáveis pela sua unicidade, como a orientação para fins, a autoidentidade e a capacidade de retenção de valor [*value retentiveness*] (Encyclopedia Britannica, 2013). Além disso, a pessoa se apresentaria como um combinado ontológico de características de objetividade e subjetividade (Williams & Bergtsson, 2022), sendo a subjetividade o que a diferencia das demais coisas e o que a torna única entre pares.

Um dos debates presentes nos textos do personalismo trata de uma discussão sobre objetividade e subjetividade e de pessoa e não-pessoa. Para os personalistas, a subjetividade é uma característica essencial para a distinção entre pessoa e não-pessoa. Essa subjetividade é compreendida como tendo seu princípio na consciência e na autoconsciência (Encyclopedia Britannica, 2013; Williams & Bergtsson, 2009/2022).

Ainda que a origem da subjetividade que define a pessoa seja internalista, isto não significa dizer que o personalismo apresenta uma compreensão apenas subjetiva da pessoa. De início, todos nascem indivíduos, e assim são chamados quando se fala das unidades da espécie humana, mas são chamados de “pessoa” quando se atenta à sua dimensão subjetiva e às características inerentes a essa subjetividade. Subjetividade torna-se sinônimo da irreduzível natureza da pessoa (Williams & Bergtsson, 2009/2022).

Uma vez que a subjetividade tem suas origens na autoconsciência, caracteriza-se por ser uma vida interior, de liberdade e autonomia, e é o marcador do que é a pessoa, pode-se afirmar que não possuir subjetividade é característica da não-pessoa. Essa afirmação se sustenta no argumento de que as “ações” da não-pessoa são determinadas de modo extrínsecos a ela, não advindo da autoconsciência (Williams & Bergtsson, 2009/2022).

Algumas linhas do individualismo personalista apontam a capacidade de racionalizar e a linguagem como habilidades subjetivas que diferenciam o ser humano dos objetos, e a capacidade da pessoa em ter uma “vida interior” e lidar com questões morais como o que a diferencia dos animais (Williams & Bergtsson, 2009/2022). Alguns personalistas criticam essa noção de excepcionalismo humano, argumentando que o dualismo intransigente entre objeto e sujeito gera um mundo dessacralizado - o que conflita com a expressiva linha personalista teísta (Williams & Bergtsson, 2009/2022).

Sobre a relação da pessoa com a sociedade, há afirmações de que a sociedade é formada por um grupo finito de pessoas ou por uma pessoa definitiva (comumente entendida como “Deus”) (Encyclopedia Britannica, 2013). A pessoa é caracterizada como tendo uma essência que a orienta para buscar relações sociais - a comunhão, e, nesse caso, a sociedade não carrega um peso utilitarista e, sim, um contexto de importância para o exercício da essência pessoal (Williams & Bergtsson, 2009/2022). Há nessa linha a defesa da intencionalidade e da integração dos interesses individuais e sociais, sem negar a liberdade individual (Ferrater Mora, 1951a) e, mesmo compreendendo a pessoa como um “ser-para-a-relação”, a teoria é avessa em absoluto aversão ao englobamento dessa pelo “todo” (Williams & Bergtsson, 2009/2022).

Em uma visão individualista atomista, o indivíduo se autorrealiza fazendo uso das pessoas como meio para alcançar seus interesses. No personalismo, a pessoa se exerce como tal na relação com os outros e compartilha com os “outros” o mesmo valor e dignidade, não

sendo permitido o uso dos outros como meios para fins de realizações que não os respeitem dentro dessa ética (Williams & Bergtsson, 2009/2022).

Apesar de ser categorizado como uma linha de pensamento individualista, e dos termos “indivíduo” e “pessoa” terem um mesmo referencial e serem usados como sinônimo no dia a dia, o personalismo se opõe ao individualismo “estrito” ou “atomista”. Os personalistas acusam esse tipo de individualismo de ser impessoal, e faz uma defesa da superioridade da “pessoa” em relação ao “indivíduo” e às “coisas” - tanto em substância quanto em dignidade e valor (Encyclopedia Britannica, 2013).

Temos, então, que a diferenciação entre pessoa e não-pessoa se trata de uma discussão ontológica, mas que tem influência na dimensão ética da vida humana - entendida como inerentemente moral. A descrição positiva feita pelos adeptos do personalismo diz da inviolabilidade e singularidade da pessoa, que por assim ser, a ela é conferida o direito a um respeito incondicional (Williams & Bergtsson, 2009/2022).

A diferenciação entre pessoa e não-pessoa, sujeito e objeto no campo ético se traduz na necessidade de diferentes códigos e valores. Para aqueles que entendem a dualidade dessas questões de modo mais radical, os códigos não devem ser entendidos como uma diferenciação em grau, mas, sim, somente em essência. Para aqueles que têm uma visão mais flexível da dualidade sujeito-objeto, a diferença entre os códigos de ética para cada uma dessas entidades deve ser tanto em essência quanto em grau (Williams & Bergtsson, 2009/2022).

Os personalistas consideram que teorias que defendem a indiferenciação ou diferenciação apenas em grau entre a pessoa e o restante da natureza, exemplificada pelo positivismo de Comte e pelo evolucionismo de Darwin, contribuíram, direta ou indiretamente, para o que consideram os movimentos totalitaristas do século XX (Williams & Bergtsson, 2009/2022).

Em sua dimensão política, o personalismo se opõe a políticas que destacam e valorizam políticas coletivas e impessoais em detrimento da pessoa, assim como se opõe ao totalitarismo (Williams & Bergtsson, 2009/2022). Alguns personalistas afirmam que a democracia liberal está assentada em filosofias impessoais devido a sua visão de indivíduo, e afirmam que a aplicação acrítica desse modelo político não é suficiente para que ele resista ao totalitarismo (Williams & Bergtsson, 2009/2022).

No campo epistemológico, alguns personalistas afirmam que a subjetividade da pessoa é passível de ser conhecida, mas que se faz necessário o uso de métodos específicos, diferente dos propostos por outras ciências. Teóricos dessa linha de pensamento sugerem a “simpatia” e “empatia” como ferramenta de acesso à subjetividade alheia. Ainda que critiquem os métodos impessoais, tais teóricos também afirmam que os conhecimentos objetivos e subjetivos são complementares (Williams & Bergtsson, 2009/2022).

Para os personalistas, o individualismo moderno (atomista) não foi revolucionário, manteve uma ideia de indivíduo que reafirmava as ideias já correntes - isto é, a partir de um idealismo impessoal, produto de fenômenos externos, pertencente a coletividades e instituições, facilmente incluído e diluído nos demais grupos animais e fenômenos naturais, sem ter a consciência entendida como seu diferencial (Williams & Bergtsson, 2009/2022).

A oposição entre personalismo e as teorias impessoais se trata de uma oposição filosófica direta, que acontece pelas diferentes compreensões filosóficas do referencial objetivo que compartilham: ser humano/ indivíduo/pessoa. As teorias impessoais concebem o indivíduo à parte de suas relações, descontextualizado, enquanto o personalismo se filia a filosofias que têm a consciência como princípio, não compactuando, de modo geral, com explicações dependentes do mundo externo (Ferrater Mora, 1951c. Williams & Bergtsson, 2009/2022).

Como característica unificadora das especificidades e diferenciações das linhas e debates do individualismo personalista, tem-se a afirmação de que a pessoa é uma unidade autoconsciente, de irreduzível subjetividade, de livre expressão da personalidade, e sendo a resposta para as perguntas fundamentais e mais relevantes da filosofia. O personalismo também é uno em seu caráter histórico em sua oposição ao totalitarismo, ao coletivismo e a tudo aquilo que é considerado “impessoal” (Ferrater Mora, 1951a; Ferrater Mora, 1951c; Williams & Bergtsson, 2009/2022).

Individualismo Metodológico

O individualismo metodológico é uma teoria epistemológica que defende que os sistemas sociais podem ser entendidos como um conjunto de indivíduos, e, portanto, as explicações para as questões sociais deveriam ser buscadas a partir da análise das ações individuais (Johnson, 1995/1997c). Dessa forma, o individualismo metodológico vê a sociedade como uma soma de partes - indivíduos -, contrariando o chamado “pensamento sociológico” (Johnson, 1995/1997c).

O indivíduo discutido no individualismo metodológico é um ente que age com intencionalidade e que é a unidade fundamental da constituição das coletividades sociais (Heath, 2005/2020). A intencionalidade motivadora das ações seria uma exclusividade dos indivíduos, não estando presente em algo que se chama “grupo” ou “coletivo”, uma vez que esses fenômenos são a soma de indivíduos, e a partir disso se argumenta a eleição do indivíduo para o estudo das coletividades.

O individualismo metodológico foi apresentado como método para ciências sociais por Max Weber (1864-1920). De acordo com Weber, “ação” é o conjunto de comportamentos humanos motivados por estados mentais significativos ou formulados linguisticamente (Heath, 2005/2020). A fundamentação para o método é de que a ação individual é causada por

estados motivacionais intencionais, e são as ações dos indivíduos que constituem as relações sociais, assim sendo, a unidade última de análise das questões sociais deve ser a dos estados motivacionais da ação individual (Heath, 2005/2020).

Como sociólogo, Weber buscou explicações mais generalistas e, para corresponder às exigências metodológicas de sua área, desenvolveu o modelo teórico da ação racional - base do seu conhecido “modelo ideal”. Para oficializar a teoria como modelo sociológico, definiu-se que as ações a serem analisadas são as racionais, excluindo-se da construção de modelo teórico da ação racional aqueles comportamentos considerados irracionais ou decorrente dos afetos (Heath, 2005/2020).

Para Weber, o acesso à subjetividade é impossível quando feito pelos métodos das ciências naturais. Em acordo com Weber, o economista Friedrich von Hayek defende o individualismo metodológico como método interpretativo de uma ciência social, reafirmando a importância das análises no nível “micro”, apontando para a insuficiência das análises macro, e criticando métodos das ciências naturais para o estudo das ações dos indivíduos (Heath, 2005/2020).

A defesa do individualismo metodológico como uma ciência social interpretativa também é apresentada como uma crítica à tentativa das ciências sociais em emular as ciências físicas, o que gera o medo de teorias teleológicas, resultando em uma dependência das análises estatísticas - entendidas como insuficientes para o objeto que se analisa (Heath, 2005/2020).

Hayek vai defender e fazer uso do modelo de ação racional, mas não se identifica com a filosofia racionalista, criando uma abordagem que destaca as limitações da perspectiva do indivíduo como agente racional. Para o teórico austríaco, quando se observa os fenômenos econômicos, os indivíduos não respondem a descrições e a fenômenos do nível macro, mas, sim, a questões pertinentes ao nível “micro”, e são as consequências das ações no nível micro

que geram padrões macro não intencionais. Ignorar essa perspectiva leva a uma superestimação do nível de planejamento e controle possíveis (Heath, 2005/2020).

O individualismo de Popper e seu discípulo Watkins se diferencia do defendido por Hayek. Enquanto Weber e Hayek apresentavam o individualismo metodológico dentro de uma discussão sobre a necessidade de uma ciência social que se diferencia de uma “ciência física”, Popper nega a diferença entre esses dois tipos de ciência. Popper retira do método a necessidade de “compreender” e afirma que a função de um método é de gerar a compreensão da causalidade, de fazer previsões e de realizar testes (Heath, 2005/2020).

A teoria de Watkins reforça a postura de Popper. O autor defende a importância das explicações fundamentadas no indivíduo de acordo com o individualismo metodológico (*rock-bottom explanations*), e isso conta em sua defesa como pertencente a essa linha teórica, mas ele afirma que explicações que não têm o indivíduo por base podem ser incompletas (*half-way explanations*) mas não são necessariamente insignificantes (Heath, 2005/2020).

Popper é associado ao individualismo metodológico pois utilizava desse termo em suas defesas da investigação do mundo social a partir dos indivíduos, e essa associação foi fortalecida devido às produções de seu pupilo Watkins. Ainda assim, ambos são acusados de fragilizar os preceitos do individualismo metodológico e de desenvolverem uma teoria ontológica ao negarem a importância exclusiva dos métodos interpretativos ao defenderem a possibilidade do uso apenas de explicações causais, perdendo-se, assim, o argumento da intencionalidade que privilegia o indivíduo e suas ações como objeto de estudo (Heath, 2005/2020).

Outro defensor do individualismo metodológico, Jon Elster utilizou dos conhecimentos e teorias que surgiram a partir da “teoria dos jogos” para apontar que as dinâmicas grupais analisadas de modo macro perdem de vista atores individuais que, mesmo compartilhando o interesse do grupo, pode se beneficiar ao não agir para cumprir tais

interesses (Heath, 2005/2020).

Com Elster, o individualismo metodológico se torna uma teoria com função majoritária de advertir contra os perigos de se ignorar a ação individual como referencial para as explicações sociais. É por meio do trabalho de Elster, também, que o individualismo metodológico solidifica sua relação com a teoria da escolha racional, tendo como foco o uso do conceito de *homo economicus*. (Heath, 2005/2020).

Sobre possíveis aproximações teóricas com as discussões ontológicas do individualismo, os individualistas metodológicos se recusam a responder sobre conteúdo dos estados intencionais, não concordando com o desenvolvimento integral pré-social defendido pelos atomistas, assumindo a possibilidade de - mas não abertamente afirmando - um aspecto social da formação da subjetividade da pessoa. A escolha da ação do indivíduo como objeto de estudo não deve ser confundida com a defesa de sua superioridade ontológica, mas como a afirmação de uma melhor adequabilidade para a pesquisa nas ciências sociais (Heath, 2005/2020).

O individualismo metodológico se propõe e se apresenta como um método apolítico, sem ideologias. Ainda assim, historicamente, o individualismo metodológico ficou conhecido por se opor ao materialismo histórico e por ter aversão às “*Grand Theories*”, por serem muito abstratas e promoverem hábitos mentais de “coletivismo”, “historicismo” e “racionalismo”, creditados como indutores do totalitarismo (Heath, 2005/2020). Sobre o campo ético dessa filosofia que se propõe apolítica, Weber argumenta que um método individualista não necessariamente precisa estar atrelado a um conjunto de valores individualistas, são teorias que operam em diferentes campos da filosofia (Heath, 2005/2020).

O principal fator unificador dos teóricos sob a denominação do individualistas metodológicos é a apresentação de uma proposta epistemológica que elege o indivíduo - e sua ação - como a unidade de análise mais apropriada para o estudo dos fenômenos sociais. O

indivíduo é escolhido sob argumentação de ser a unidade formadora dos sistemas sociais e por sua característica excepcional de ter ações intencionais - o que permite o estudo das motivações e possíveis previsões a partir disso (Johnson, 1995/1997c; Williams & Bergtsson, 2009/2022). A oposição a análises a partir de coletivos e externalidades também unifica essa linha teórica.

Comportamentalismo radical e os individualismos

O levantamento de discussões referentes ao indivíduo na obra de Skinner permitiu uma análise comparativa entre o comportamentalismo radical e os individualismos. Algumas aproximações pontuais foram identificadas nas discussões sobre ontologia e epistemologia relacionadas ao indivíduo. Em contrapartida, distanciamentos filosóficos entre essas duas linhas teóricas também foram identificados.

A fim de responder sobre a possibilidade do comportamentalismo radical ser considerado um tipo de individualismo, inicia-se a argumentação apresentando as aproximações e distanciamentos entre o comportamentalismo radical e os três tipos de individualismo identificados. Em seguida, é apresentada uma síntese da visão filosófica comportamentalista radical sobre o indivíduo.

Comportamentalismo radical e o individualismo atomista

Aproximações

Embora partam de compromissos filosóficos bastante distintos, o individualismo atomista e o comportamentalismo radical apresentam algumas similaridades. Essas aproximações aparecem em, pelo menos, cinco pontos: 1. A importância do papel do indivíduo nos fenômenos grupais; 2. O aspecto aversivo das relações sociais e nas relações

com instituições; 3. A compreensão das relações sociais como relações de autointeresse individual; 4. A possibilidade de autodeterminação; e 5. Na afirmação do caráter inato e da importância da liberdade.

No individualismo atomista, a importância dada ao indivíduo e a aversão ao coletivo são justificadas devido à compreensão de que fenômenos grupais não são nada mais do que a soma das ações de cada indivíduo que os compõem e devido a um suposto caráter “antissocial” do indivíduo (Ferrater Mora, 1951a). A tese do “caráter pré-social” do indivíduo (Heath, 2005/2020), a negação de uma existência que não seja fundamentada no indivíduo e os possíveis perigos que descentralizar o indivíduo pode gerar também figuram como justificativas (Williams & Bengtsson, 2009/2022).

Sobre a importância do indivíduo e sua relação com fenômenos sociais, Skinner (1953/2005) parece enfatizar o primeiro de modo similar ao individualismo atomista ao afirmar que “É sempre o indivíduo que se comporta, e ele se comporta com o mesmo corpo e de acordo com os mesmos processos que se dão em uma situação não social. . . . *O comportamento individual explica o fenômeno de grupo* [ênfase adicionada]” (p. 298). A ideia de que é o indivíduo que compõe o coletivo, e de que o seu comportamento apresenta os mesmos processos em situação social e não-social, pode ser equivocadamente entendida como uma defesa de que fenômenos de grupo têm os mesmos processos que os individuais, nada se alterando além do fator quantitativo.

A aparente indiferenciação do fenômeno individual e do fenômeno de grupos pode ser argumentada, também, a partir da leitura de outro trecho do *Science and Human Behavior* (Skinner, 1953/2005) que diz que “É comum falar de famílias, clãs, nações, raças e de outros grupos como se eles fossem indivíduos No entanto, *é sempre um indivíduo que se comporta* [ênfase adicionada]” (p. 311).

A compreensão do indivíduo como a unidade formadora dos fenômenos grupais

continua a ser destacada no questionamento sobre a noção de espécie não significar muito além de um conjunto de indivíduos (Skinner, 1971/1973).

Seria a espécie simplesmente um tipo de indivíduo, e se fosse esse o caso, em que sentido poderia se desenvolver? O próprio Darwin declarou a espécie como sendo ‘puramente invenções subjetivas dos taxonomistas’. *Uma espécie não existe senão como um grupo de indivíduos* [ênfase adicionada], o mesmo pode ser dito de uma família, tribo, raça, nação, ou classe . . . *O indivíduo carrega tanto sua espécie quanto sua cultura* [ênfase adicionada]. (Skinner, 1971/1973, Cap. 9, p. 204)

No mesmo trecho há uma sinalização da complexidade do que compõem um indivíduo, mas o questionamento sobre a noção de “espécie” pode abrir espaço para uma compreensão que não difere os fenômenos individuais e coletivos.

A impossibilidade de falar de grupos sem falar de indivíduos, a centralização da compreensão do fenômeno grupal nas ações dos indivíduos - o que demonstra a importância do indivíduo nesse fenômeno para os comportamentalistas radicais, pode ser lida descontextualizadamente como a afirmação de uma indiferenciação entre fenômenos individuais e grupais. Essa leitura pode ser entendida como uma possível aproximação do comportamentalismo radical com o individualismo atomista.

Em relação à oposição de um indivíduo a outros indivíduos e ao coletivo devido ao caráter de controle especialmente aversivo ou danoso desses sobre o indivíduo e sua liberdade, pode-se identificar trechos nas obras de Skinner que apresenta uma caracterização similar dessas relações. Quanto às relações interpessoais temos a afirmação dessas relações serem relações de controle (Skinner, 1959/1999) e especificamente terem caráter comumente aversivo.

Outras pessoas podem ser aversivas sem tentar, por assim dizer . . . Elas também

podem ser ‘intencionalmente’ aversivas - isto é, elas podem tratar outras pessoas de modo aversivo devido ao que se segue. . . *De uma forma ou de outra, o controle aversivo é o padrão da maioria das coordenações sociais* [ênfase adicionada] . . . (Skinner, 1971/1973, Cap. 2, pp. 32-33)

Além da concordância sobre o caráter aversivo das relações sociais, a existência de aversividade “não intencional” abre para a discussão a possibilidade de ser uma aversividade “natural” ou “intrínseca” a esse tipo de relação.

Especificamente sobre o controle exercido por grupos, Skinner (1953/2005) aponta que “Nossos processos básicos são responsáveis pelos procedimentos por meio dos quais o grupo ético controla o comportamento de cada um de seus membros. Um tipo de controle ainda mais efetivo é exercido por agências melhor definidas como governos, religião, psicoterapia, economia, e educação . . .” (pp. 227-228). Ao discutir ética, Skinner (1980) afirma que “Os objetivos individuais e os objetivos de grupo são coisas diferentes” (p. 317).

Esses grupos que exercem um controle mais efetivo sobre os indivíduos muitas vezes são exemplificados como uma instituição, e em muitos casos a instituição destacada é “o governo”. Skinner (1953/2005) não se furta a comentar sobre o governo ao falar das agências controladoras, e afirma no texto *Some Issues Concerning The Control of Human Behavior* (1959/1999) que “O Governo sempre foi um campo especial de controle aversivo. O Estado é frequentemente definido em termos de poder para punir . . .” (p. 31).

Afirmações desse caráter aversivo das instituições podem ser encontradas em diversos outros trechos das obras de Skinner (1953/2005, 1971/1973, 1974, 1989), abrindo espaço para questionar a aproximação de teses que afirmam esse tipo de relação como aversiva no comportamentalismo radical e no individualismo atomista.

Agências organizadas ou instituições . . . exercem um controle poderoso e frequentemente problemático. O controle é exercido de modo que reforça de

modo mais efetivo aqueles que o exercem, e infelizmente isso costuma significar que ele é exercido de modo a ser imediatamente aversivo àqueles que são controlados ou que os explora a longo prazo. (Skinner, 1974, Cap. 12, p. 190)

Sob uma ótica individualista atomista, a apresentação de uma relação de controle entre indivíduos e grupos e instituições indica uma agressão à liberdade constituinte do indivíduo. A afirmação dessa relação de controle no comportamentalismo radical parece subsidiar a ideia de que o indivíduo e o grupo só pode existir em uma relação de controle, e a afirmação de que grupos e indivíduos têm diferentes objetivos parece apresentar uma relação com grandes possibilidades de conflitos. O controle e o conflito afirmados como presentes nessas relações parecem justificar uma visão de oposição entre esses fenômenos, o que aproximaria o comportamentalismo radical do individualismo atomista.

A oposição entre indivíduos e grupos institucionalizados também é parte de um argumento sobre o caráter essencialmente autodeterminado e livre dos indivíduos de acordo com o individualismo atomista. Apesar de não afirmar uma autodeterminação essencialista, Skinner (1953/2005) afirma que em algum nível essa autodeterminação é possível quando diz “Ainda assim, até certo ponto considerável, um indivíduo parece moldar seu próprio destino. Ele frequentemente pode fazer algo sobre as variáveis que o afetam” (p. 218). A aproximação aqui é pontual na afirmação de que autodeterminação é algo possível para os indivíduos.

A autodeterminação como possibilidade parece carecer de algum nível de liberdade do indivíduo, e tanto para o individualismo quanto para o comportamentalismo radical a defesa da liberdade aparece como algo importante. No individualismo atomista a importância da liberdade é notada ao afirmá-la como um caráter essencial do indivíduo e que o permite evitar alterações em sua essência quando no contato com seus opostos. No comportamentalismo radical, o que indica a importância da liberdade é o aparente caráter “inato” ou “natural” da busca por afastar-se de aversivos e da busca por sentir-se livre - entendidos como

características selecionadas e por isso com maior probabilidade de serem importantes para a sobrevivência do indivíduo.

A tese que considera a possibilidade da busca pela liberdade ser um fenômeno de base genética aparece em Skinner (1971/1973) no trecho “É possível que a dotação genética do homem dê suporte a esse tipo de luta pela liberdade: quando tratadas de modo aversivo as pessoas tendem a agir agressivamente ou a ser reforçadas por sinais de que geraram dano agressivo” (Skinner, 1971/1973, p. 34). Essa tese também é reafirmada no *Reflections on behaviorism and society* (1978), no trecho

. . . Faz parte da dotação genética humana que quando uma pessoa age de modo a reduzir estímulo “aversivo” (e.g. potencialmente perigoso), aumentam as chances dela agir dessa forma novamente. Deste modo, quando outras pessoas tentam controlá-la por meio de uma ameaça de punição, ela aprende a escapar dessas pessoas ou atacá-las a fim de enfraquecê-las. Quando essa pessoa tem sucesso, ela se sente livre, e a luta cessa. (Skinner, 1978, Cap. 17, p. 196)

No livro *Beyond Freedom and Dignity* (Skinner, 1971/1973), o autor apresenta uma defesa do sentimento de liberdade como importante para o indivíduo e para a sociedade, e afirma mais tarde em resposta a um comentário de Jonathan Schull presente no *The Behavioral and Brain Sciences* (Skinner, 1984) “Sou totalmente a favor de sentimentos de adequação causal, assim como sou a favor de sentimentos de liberdade e dignidade” (p. 507).

A apresentação de comportamentos para se libertar da aversidade como “inata” feita pelos comportamentalistas radicais pode ser compreendida - sob uma leitura essencialista - como uma “propriedade” do indivíduo, isto é, em sua constituição o indivíduo têm uma existência que exige liberdade. Essa leitura permite uma aproximação pontual entre individualismo atomista e comportamentalismo radical.

Apesar do argumento sobre a aversidade e oposição das relações sociais, há uma

aparente função positiva dessas relações para os individualistas atomistas. Nessa filosofia, as relações entre indivíduos aparentam ser um meio para que o indivíduo alcance a autossatisfação (Ferrater Mora, 1951a). Ao descrever os processos que se dão na relação interpessoal, Skinner (1974) defende que o efeito ou as consequências que podem ser geradas nesse contato são importantes para formação do indivíduo, para o acesso deste a reforçadores, e até mesmo para a sobrevivência do indivíduo.

Quando se fala de autossatisfação como a função das relações sociais para os individualistas atomistas, o que se aponta é que os indivíduos são meios para um fim, o fim sendo consequências que beneficiem ou tragam sensações de bem-estar para o indivíduo que engaja nessas relações. Se entendermos “satisfação” como acesso a reforçadores positivos, como consequências que saciam alguma forma de privação, pode-se argumentar uma aproximação das teses sobre as relações sociais no comportamentalismo radical e no individualismo atomista.

Afirmações que subsidiam a tese das relações sociais como geradoras de “autossatisfação” ou consequências reforçadoras positivas podem ser encontradas em *About Behaviorism* (Skinner, 1974) nos seguintes trechos: “Desse modo, nós agimos para reforçar aqueles dos quais gostamos ou amamos e para evitar machucá-los, em parte devido ao que eles fazem em troca” (p. 175) e “Contato interpessoal é frequentemente uma questão de aprovação (“prestígio”) ou censura, que em alguns casos são eficazes devido a razões genéticas . . . mas que costumam derivar seu poder da troca por outros reforçadores” (p. 181).

A comparação que é feita entre as duas filosofias aqui apresentadas se baseia numa possível aproximação pontual sobre a leitura das relações sociais como meio para obtenção de consequências importantes para o indivíduo. Aparentemente, para os comportamentalistas radicais e para os individualistas, a existência do outro e a relação de um indivíduo com outro podem ser lidas e pautadas a partir dos benefícios (das consequências ou dos reforçadores

positivos) que este gera para o indivíduo em questão.

Distanciamentos

É possível notar aproximações pontuais entre a filosofia individualista atomista e o comportamentalismo radical, mas a diferença fundamental em toda comparação é inegável e deve-se ao modelo explicativo adotado por cada uma dessas filosofias. O indivíduo completo, autônomo e livre em sua essência, apresentado pelos individualistas atomistas, está sendo comparado ao indivíduo em constante relação com o ambiente e resultado de processo de seleção pelas consequências.

Não foi identificada qualquer afirmação da existência ou essência “pré-social” do indivíduo em textos de Skinner, mas em um exercício argumentativo poderia-se apontar que o processo de seleção pelas consequências no nível filogenético pode ter caráter “pré-social”. Nesse caso, dada a importância do aspecto biológico para a compreensão do indivíduo no comportamentalismo radical, identificada em diversos textos de Skinner, um processo biológico “pré-social” poderia ter impacto na teoria comportamentalista e na conceituação do indivíduo.

Skinner (1953/2005) afirma que “O comportamento requer *um organismo que se comporta e que é produto de um processo genético* [ênfase adicionada]” (p. 26). Isto é, o organismo representante da espécie é fruto do processo genético e estudar o comportamento humano requer estudar esse indivíduo em seu caráter biológico. O destaque do aspecto biológico como formador do indivíduo parece novamente ser destacado no comportamentalismo radical na tese de que “De um modo importante, *todo comportamento é herdado*” [ênfase adicionada], visto que o organismo que se comporta é o produto da seleção natural” (Skinner, 1974, pp. 43-44).

Ainda assim, o exercício argumentativo de um caráter pré-social do primeiro nível de seleção dificilmente se aproximaria da tese defendida pelos atomistas - tanto pela explicação seletcionista quanto pela complexidade da conceituação de indivíduo para os comportamentalistas.

A dimensão biológica do indivíduo tem seus limites de acordo com o comportamentalismo radical. A limitação temporal do processo de seleção natural levanta questionamentos sobre a adaptabilidade dos seres humanos, e nesse *gap* explicativo é que os comportamentalistas radicais apresentam um segundo processo de seleção pelas consequências: o condicionamento operante. O condicionamento operante é um tipo de seleção pelas consequências, que existe devido às condições geradas pela seleção natural, mas que expande o repertório do organismo para além das limitações biológicas, necessitando de um contexto social (Skinner, 1953/2005, 1984).

Visto que a natureza não pode prever - por assim dizer - que um objeto com uma aparência particular será comestível, o processo evolutivo pode apenas providenciar um mecanismo por meio do qual o indivíduo irá adquirir respostas a características específicas de um dado ambiente após ter entrado em contato com este ambiente. Onde o comportamento herdado termina, a modificabilidade herdada do processo de condicionamento entra em ação. (Skinner, 1953/2005, Cap. 4, p. 55)

Se levarmos em conta a limitação do processo biológico e a apresentação de um novo processo - de caráter social, podemos nos questionar sobre as características e os resultados desse novo processo, e argumentar que para os comportamentalistas radicais o indivíduo não existe apenas em sua dimensão biológica. Há necessariamente, na formação do indivíduo humano, uma dimensão social que não pode ser ignorada (Skinner, 1974).

Skinner (1953/2005) destaca o importante e complexo papel do indivíduo nos fenômenos de grupo, mas ao dissertar sobre os processos que formam um indivíduo - os três níveis de seleção pelas consequências, o autor também afirma esses processos se diferem (Skinner, 1959/1999), o que implica em uma diferenciação entre o indivíduo e o fenômeno de grupo.

Os três níveis de seleção pelas consequências se diferenciam por algumas características, como o que eles selecionam, o resultado de seus processos e o tempo de cada processo (Andery, Micheletto & Sérgio, 2002; Skinner, 1959/1999). O primeiro nível de seleção trata da seleção natural, processo no qual características que na interação com o ambiente tiveram valor de sobrevivência para a espécie e assim são selecionadas - e que resultam em um organismo. O segundo nível de seleção trata da seleção de comportamentos importantes para a sobrevivência do indivíduo - e que tem como resultado a uma pessoa. O terceiro nível de seleção pelas consequências diz respeito à seleção de práticas culturais que permitem a sobrevivência de uma cultura - e é o que permite o desenvolvimento de um *self*.

A diferenciação entre o terceiro e o segundo nível de seleção pelas consequências é uma ideia contrária à tese de que o coletivo nada mais é do que uma simples junção de indivíduos. Essa diferenciação indica que o processo de desenvolvimento de práticas em grupo não é o mesmo que o processo individual, e que mesmo que haja interação entre esses processos - como as interações que formam o indivíduo -, há diferentes comportamentos e relações sendo selecionadas em cada nível.

Visto que os três processos de seleção pelas consequências se diferenciam e que o indivíduo é formado por essa interação entre tais processos, temos que ainda que o processo de seleção pelas consequências no nível filogenético possa ter algum caráter “pré-social”, o resultado dele seria um organismo e não um indivíduo como entendido em complexidade de acordo com o comportamentalismo radical. Para além disso, um ser “pré-social” pode ser

entendido como um ser “pré-histórico”, afirmação que se distancia da explicação histórica presente na teoria selecionista, e, portanto, também presente no comportamentalismo radical (Moxley, 2004; Skinner, 1953/2005).

É como resultado dos três processos de seleção do comportamento que aqui se entende a definição de indivíduo para o comportamentalismo radical, e devido ao caráter selecionista desses processos, o indivíduo não existe em oposição, mas é formado em relação com o ambiente - físico, social e cultural. A aversão ao coletivo seria uma aversão aos processos que produzem o próprio indivíduo.

Os processos de seleção pelas consequências apresenta os resultados que apresentam devido a uma relação causal, de controle entre o organismo e o ambiente. Em uma visão comportamentalista é impossível o indivíduo estar em interação com uma sociedade e suas instituições sem que essa relação seja uma relação de controle. Toda relação é uma relação de controle e a complexidade do indivíduo humano, que também vai aparecer ou não ser negada pelos individualistas, sob uma visão comportamentalista só é possível nessas relações de controle social.

A aversão ao coletivo e o apontamento dos riscos à essência do indivíduo quando este se relaciona com os demais indivíduos e com as instituições, como apresentados no individualismo atomista, abre espaço para o questionamento da suposta imutabilidade dessa essência. A afirmação de que o coletivo pode alterar e limitar o indivíduo permite questionar se a postura individualista atomista defende a primazia do indivíduo mais como um valor do que como uma afirmação ontológica. Essa aparente inconsistência pode estar relacionada ao fato da caracterização do individualismo atomista ser apresentada a partir de um viés crítico dessa filosofia.

O caráter aversivo nas relações entre indivíduos e entre indivíduos e instituições ou coletivos é entendido no comportamentalismo radical como uma das possibilidades dessas

relações, mas não como seu caráter por essência. O planejamento cultural é uma forma de buscar criar contingências que permitam que as relações entre indivíduos e entre indivíduos e coletivos sejam esquematizadas de modo a serem reforçadas positivamente.

O planejamento cultural é possível e até encorajado por Skinner (1953/2005, 1959/1999, 1968, 1971/1973, 1974, 1978, 1984), mas a capacidade de se comportar e as características das relações comportamentais se baseiam no repertório comportamental desenvolvido no passado (Skinner, 1953/2005, 1959/1999, 1974, 1984, 1989). Isso significa dizer que assim como o indivíduo, as relações não estão pré-definidas em essências, mas são processos passíveis de serem alterados.

Ainda sobre o caráter histórico do comportamento, essa leitura pode ser aplicada sobre a função do interagir para os indivíduos de acordo com o comportamentalismo radical. No comportamentalismo radical, o que é apresentado é uma interação não teleológica. Os benefícios que o indivíduo consegue ao se relacionar com outro são consequências de uma dinâmica em curso, com base na história comportamental do indivíduo, não sendo a reafirmação de uma essência em uma relação mecânica e teleologicamente guiada como no individualismo.

A teoria de Skinner sobre a liberdade também se diferencia da dos individualistas atomistas ao se afastar de explicações internalistas, apresentando uma explicação selecionista para esse conceito.

Quase todas as coisas vivas agem para se livrar de contatos nocivos. Um tipo de liberdade é alcançado por meio de comportamentos relativamente simples chamados reflexos . . . Formas mais elaboradas de comportamento têm efeitos similares . . . Comportamento desse tipo presumidamente evoluiu devido a seu valor de sobrevivência; é uma parte do que chamamos de dotação genética humana tanto quanto respirar, suar, ou digerir alimento . . . esses simplesmente

são tipos de comportamento que provaram ser úteis na redução de várias ameaças ao indivíduo e portanto à espécie no curso da evolução. (Skinner, 1971/1973, Cap. 2, p. 31)

O “ser livre” não é uma possibilidade, apenas o “sentir-se livre” é, e o “sentir-se livre” é um subproduto do controle de contingências reforçadoras positivas (Skinner, 1971/1973). A autonomia ou autodeterminação também é compreendida de modo diferente, sendo entendida pelos comportamentalistas radicais como um repertório dependente do grupo (Skinner, 1953/2005, 1974), e não oposto a ele. Para os comportamentalistas, uma liberdade e uma autodeterminação em termos absolutos, entendida como ausência de controle, não são possíveis (Skinner, 1971/1973, 1989).

Temos, então, que o comportamentalismo radical compartilha com o individualismo atomista o destaque da relação de controle - muitas vezes conflituosa - entre pares e de indivíduos em relação a grupos organizados, assim como o destaque da liberdade e o destaque do papel do indivíduo nos fenômenos grupais. Ainda assim, o indivíduo nas explicações do comportamentalismo radical rompe com o mecanicismo e essencialismo do homem autônomo dos individualistas atomistas.

A importância do indivíduo não implica em uma indiferenciação deste em relação aos processos em grupo, as relações individuais e grupais são compreendidas no comportamentalismo radical como processos diferentes. A alta possibilidade de aspectos aversivos em relações sociais interpessoais e em relações com instituições não implica que essa seja a característica definitiva e essencial dessas relações, apenas que essa configuração pode ser aversiva e essa aversidade e a intensidade dessas dependem de como as contingências estão dispostas.

Ao mesmo tempo que há uma aproximação na afirmação de que a autodeterminação é possível, para os comportamentalistas este é um repertório dependente de uma relação com

uma cultura e não uma essência que implica na condição e necessidade de afastamento de uma cultura. A definição de autodeterminação parece depender, também, da definição de liberdade. No comportamentalismo radical, todas as relações são relações de controle, o que se chama liberdade é produto de um tipo específico de controle, e nesse contexto a autodeterminação é uma habilidade de manipular as relações de controle e não um simples ímpeto automático da existência do indivíduo. A leitura feita a partir do comportamentalismo radical é uma que abre espaço para descrições e compreensões relacionais da existência individual, dando importância às variáveis ambientais.

Comportamentalismo radical e o individualismo personalista

Aproximações

Os trechos individualistas com mais aproximação quantitativa com os trechos de Skinner foram os propostos pelo individualismo personalista. Temos, então, que as possíveis aproximações pontuais identificadas foram 1. Singularidade do indivíduo; 2. Excepcionalidade do indivíduo; 3. Reconhecimento de comportamentos privados; 4. A presença de uma consciência e/ou autoconsciência nos indivíduos; 5. A afirmação da importância da liberdade; 6. A afirmação da possibilidade de autodeterminação; 7. A importância do indivíduo na composição dos fenômenos de grupo; e 8. Oposição ao coletivo.

Os comportamentalistas radicais e os personalistas concordam com a afirmação: a pessoa é única (Ferrater Mora, 1951a; Skinner, 1953/2005, 1959/1999, 1971/1973, 1974, 1982; Williams & Bergtsson, 2009/2022). Em ambas teorias a pessoa é apresentada como uma “segunda dimensão” de um organismo, com idiosincrasias irreprodutíveis.

A pessoa para os personalistas é uma dimensão adicionada ao indivíduo “representante da espécie”, uma essência humana gerada pela subjetividade ao mesmo tempo que é o que

constitui essa subjetividade. A “pessoa” parece ocupar o espaço explicativo sobre diferenças entre os indivíduos da espécie humana e das habilidades tidas como excepcionais em relação a outras espécies. É a subjetividade que torna o indivíduo especial e único.

Para os comportamentalistas radicais, a pessoa também é uma segunda dimensão do indivíduo que se desenvolve a partir de e em relação com uma base fundamental, com o organismo representante da espécie. A impossibilidade de trocar uma pessoa pela outra devido a sua unicidade e a irreprodutibilidade do que faz uma pessoa também são apresentadas como características dessa pessoa. No livro *Science and Human Behavior* (Skinner, 1953/2005) essa “singularidade” é apresentada algumas vezes como *uniqueness* ou “unicidade” ou “único”, como nos trechos “. . . o comportamento do indivíduo é necessariamente *único* [ênfase adicionada]” (p. 18) e no trecho “. . . Toda ação do indivíduo é *única* [ênfase adicionada], assim como todo evento na física e na química” (p. 19).

Ao longo de outras obras de Skinner (1959/1999, 1968, 1971, 1973, 1974) temos comentários sobre a “singularidade absoluta” do indivíduo, que não é ameaçada de destruição nem mesmo em uma cultura altamente regulamentada e intencionalmente desenhada para destruir esse caráter único da história pessoal do indivíduo (Skinner, 1971/1973). Nem mesmo a decisão de se aplicar uma investigação científica sobre o indivíduo humano seria capaz de alterar sua singularidade, “O homem, em suma, permanecerá sendo o homem” (Skinner, 1982, pp. 149-150).

A singularidade defendida pelos personalistas fundamenta, também, a tese da excepcionalidade da pessoa. O excepcionalismo é a declaração de que há uma natureza especial e exclusiva pertencente apenas à pessoa, e que influencia a tese de que o que separa o ser humano dos animais é uma questão de essência e não apenas de grau de desenvolvimento. Os comportamentalistas concordam apenas parcialmente com a afirmação de excepcionalidade, mas somente no sentido de que há características do desenvolvimento da

pessoa que são exclusivamente suas, mas para eles tais características ocorrem devido ao comportamento verbal sensível ao controle operante (Skinner, 1959/1999, 1984).

A unicidade ou singularidade do indivíduo na ontologia personalista é indicada como sendo representada pela subjetividade que se origina da consciência, ambos conceitos que apelam para eventos privados do indivíduo. Para a comparação com uma filosofia essencialista, é importante notar que há o reconhecimento de eventos privados no comportamentalismo radical. Segundo Skinner (1974) “Pode ser dito que o comportamentalismo metodológico e algumas versões do positivismo lógico ignoram a consciência, os sentimentos, e os estados mentais, mas o comportamentalismo radical não ‘decapita o organismo’” (pp. 219-220).

Muitos dos comportamentos privados e condições corporais mencionados pelos personalistas são reconhecidos no comportamentalismo radical, como os pensamentos, a consciência, a autoconsciência e a intencionalidade (Skinner, 1953/2005, 1959/1999, 1971/1973, 1974, 1989). O reconhecimento desses eventos e comportamentos será uma aparente convergência pontual entre as filosofias aqui comparadas, mas a abordagem comportamentalista se difere da abordagem essencialista, como será apontado na próxima seção.

Skinner (1953/2005) ao falar sobre autoconhecimento como resultado de reforçamento diferencial, afirma que “Provavelmente ninguém é completamente inconsciente . . .” (p. 287). A consciência e autoconsciência aparece no comportamentalismo radical como uma característica altamente provável de estar presente, em algum nível, em todos os indivíduos.

Ainda na visão dos personalistas, a liberdade e a autodeterminação são importantes características da subjetividade advinda da consciência. Assim como no individualismo atomista, o individualismo personalista apresenta uma pequena similaridade com o

comportamentalismo radical na afirmação da importância da liberdade (Skinner, 1971/1973) e na possibilidade de algum nível de autodeterminação dos indivíduos (Skinner, 1953/2005).

Quanto ao destaque do indivíduo como representante ou componente do fenômeno de grupos, algumas comparações do comportamentalismo radical com a visão dos individualistas personalistas - assim como dos atomistas - podem ser apontadas em alguns trechos. Skinner (1953/2005) afirma que o fenômeno social é um fenômeno explicado pelo comportamento dos indivíduos que o compõem, e a leitura dessa afirmação sem a contextualização de sua filosofia pode ser confundida com a defesa de que diferentes aspectos ou dimensões da vida de um indivíduo apresentam as mesmas características ou são indiferenciados.

O indivíduo ocupa na cultura um lugar não muito diferente daquele que ocupa na espécie . . . A cultura não existe à parte do comportamento dos indivíduos que mantêm suas práticas. Sempre é o indivíduo que se comporta, que age no ambiente e que é mudado pelas consequências de suas ações, e que mantêm as contingências sociais que são a cultura. O indivíduo carrega tanto sua espécie quanto sua cultura. (Skinner, 1971/1973, Cap. 9, p. 204)

Ainda que o termo usado seja “indivíduo” e não “pessoa”, a conceituação desse termo como “aquele que carrega a espécie e a cultura”, de modo descuidado também poderia ser interpretado como uma defesa de uma suposta indiferenciação entre o indivíduo e sua cultura ou entre o indivíduo os fenômenos de grupo.

As ressalvas dos personalistas quando se trata da relação da pessoa com outras pessoas e instituições, mesmo não aparecendo em uma oposição tão acentuada como a dos individualistas atomistas, ainda se baseia em uma ideia do risco de corrupção da essência da pessoa que essas relações representam. O coletivo é entendido como controlador e impessoal.

Skinner (1971/1973) afirma a possibilidade do caráter controlador aversivo das relações com outras pessoas e com grupos e instituições, mas em uma visão que se apresenta

mais complexa e sem levar em conta uma “ameaça à essência da pessoa”. Desse modo, temos diferentes visões que podem ser consideradas tendo uma pequena aproximação na apresentação do reconhecimento e de críticas às características aversivas nas relações entre indivíduos e coletivos.

Distanciamentos

Os trechos aqui comparados são compreendidos e explicados a partir de diferentes bases filosóficas em cada uma dessas teorias: essencialista para os personalistas e selecionista para os comportamentalistas radicais. A fim de comparação, temos no livro *About behaviorism* (Skinner, 1974) uma diferenciação dos conceitos de “pessoa” em filosofias mentalistas e no comportamentalismo radical.

A descrição dada à pessoa de acordo com os mentalistas seria a de que “. . . uma pessoa é um membro de da espécie humana que se comporta como se comporta devido a várias *características ou propriedades internas* [ênfase adicionada], . . . personalidades, . . . intenções, . . . escolha, . . . *consciência* [ênfase adicionada] . . .” (pp. 207-208). A pessoa aqui descrita é originada e definida por propriedades ou essências mentais internas.

Por sua vez, uma análise comportamentalista da pessoa a apresenta sob uma ótica selecionista e histórica.

Uma análise comportamentalista baseia-se nas seguintes premissas: Uma pessoa é primeiramente um organismo, um membro de uma espécie e de uma subespécie, possuindo uma dotação genética de características anatômicas e fisiológicas, que são produto de contingências de sobrevivência às quais a espécie foi exposta no processo evolutivo. *O organismo se torna uma pessoa à medida que adquire um repertório comportamental sob controle de contingências de reforçamento às quais é exposto durante sua vida* [ênfase

adicionada]. O comportamento que é exibido a qualquer momento está sob controle das condições presentes. O organismo é capaz de adquirir tal repertório sob este tipo de controle devido aos processos de condicionamento que também são parte de sua dotação genética. (Skinner, 1974, Cap. 14, p. 207)

Para Skinner,

. . . uma pessoa é um membro de uma espécie moldada por contingências evolutivas de sobrevivência, apresentando processos comportamentais que a colocam sob controle do ambiente no qual ela vive, e em grande parte sob controle do ambiente social o qual ela e milhões de outras como ela construíram e mantiveram durante a evolução de uma cultura. A direção da relação de controle é invertida: uma pessoa não age no mundo, o mundo age sobre ela. (Skinner, 1971/1973, Cap. 9, p. 206)

O comportamentalismo desloca a explicação da função causal dos eventos internos para o histórico genético e relacional do indivíduo com seu ambiente passado e imediato (Skinner, 1974). A leitura selecionista coloca o “mundo” em um lugar ativo na constituição da pessoa, e apresenta um ser sem agentes internos e sem autonomia fundamentada em uma essência. Nesse sentido, uma proposta de leitura científica do desenvolvimento da pessoa propõe que a causa dos comportamentos deve ser entendida a partir da relação do indivíduo com as condições físicas e naturais do mundo.

Eu acredito que uma análise científica do comportamento deve assumir que o comportamento de uma pessoa é controlado por sua genética e por sua história comportamental e não pela própria pessoa como um agente iniciador e criativo . . . Claro, nós não podemos provar que o comportamento humano como um todo é completamente determinado, mas essa proposição se torna mais plausível à medida que os fatos se acumulam, e eu acredito que chegou ao ponto de que as

implicações disso devem ser seriamente consideradas. (Skinner, 1974, Cap. 12, p. 189)

O agente interno - comum a teorias internalistas e essencialistas, como o individualismo personalista, seria, parcialmente, um produto de uma confusão e de uma dificuldade de associação das relações temporais entre respostas de um organismo e as consequências dessas respostas. Os comportamentos privados - como os pensamentos e as emoções - são eventos que acontecem em um lugar e momento propício para serem confundidos com causas do comportamento (Skinner, 1974, 1989), mas o efeito reforçador se distingue das emoções que o acompanham, tendo evoluído anteriormente a essas (Skinner, 1987).

A relação causal que melhor explica o comportamento deve ser buscada na história do indivíduo. A dificuldade em identificar essa relação histórica é uma das condições que permite a busca por explicações essencialistas e internalistas (Skinner, 1974), mas a adoção do modelo histórico dispensa eventos mediadores ou intermediários como explicação para o comportamento.

A aparente falta de uma causa imediata no comportamento operante levou à invenção de um evento iniciante. . . . Mas as condições que determinam a forma da probabilidade de um operante está na história de uma pessoa. Visto que essas condições não são conspicuamente representadas no contexto atual, elas são facilmente ignoradas. Assim, torna-se fácil acreditar que a vontade é livre e que a pessoa é livre para escolher. A questão é o determinismo. (Skinner, 1974, Cap. 4, pp. 53-54)

A pessoa como resultado do segundo nível de seleção pelas consequências se dá em um contexto de limitação do processo de seleção pelas consequências no primeiro nível. O qual o processo de seleção natural prepara um organismo somente para um ambiente que se

assemelha ao ambiente selecionador em que se deu tal processo (Skinner, 1959/1999, 1989). O organismo que é produto dessa seleção apresenta características fisiológicas, neurológicas, e uma característica específica de grande importância: a sensibilidade para a adaptação comportamental ao ambiente imediato (Andery, Micheletto & Sério, 2002; Skinner, 1953/2005).

É essa sensibilidade gerada no primeiro nível de seleção que possibilita o segundo tipo de seleção pelas consequências, o condicionamento operante (Andery, Micheletto & Sério, 2002; Skinner, 1953/2005), e, por consequência, a adaptação mais rápida a novos ambientes (Skinner, 1987). Sobre a relação entre esses dois níveis de seleção, Skinner afirma que o condicionamento operante apenas suplementa o processo de seleção natural (Skinner, 1974), que o substituiu em grande parte (Skinner, 1987), mas não por completo (Skinner, 1984).

O condicionamento operante é um processo de seleção pelas consequências que constrói um repertório mais complexo e adaptável de interação comportamental entre ambiente e organismo (Skinner, 1953/2005, 1959/1999, 1969/2013). A seleção do repertório comportamental de uma pessoa se dá pelo reforçamento positivo e negativo das respostas ou classe de respostas (Skinner, 1969/2013).

Um processo muito diferente, por meio do qual uma pessoa passa a lidar efetivamente com um novo ambiente, é o condicionamento operante. Muitas coisas no ambiente, tais como alimento e água, contato sexual, e fugir de danos, são cruciais para a sobrevivência do indivíduo e da espécie, e qualquer comportamento que os produza tem valor de sobrevivência. Por meio do processo de condicionamento operante, comportamentos que têm esse tipo de consequência se tornam mais prováveis de ocorrer. Diz-se que o comportamento é reforçado por suas consequências, e por essa razão as consequências são chamadas de “reforçadores”. (Skinner, 1974, Cap. 3, p. 39)

Esse repertório comportamental aprendido na relação individual de um organismo com seu ambiente, em um processo de seleção operante, é o que define a pessoa como vem sendo apresentada no olhar comportamentalista radical (Skinner, 1959/1999). O rompimento com a visão essencialista não poderia ser mais explícito na descrição do indivíduo, do organismo ou da pessoa para os comportamentalistas radicais quanto quando se busca uma explicação relacional e seletiva para esse repertório.

A figura que emerge de uma análise científica não é a de um corpo com uma pessoa dentro, mas a de um corpo que é uma pessoa no sentido de que exibe um repertório comportamental complexo [ênfase adicionada]. . . . O homem retratado é então um estranho, e do ponto de vista tradicional ele pode nem mesmo parecer um homem. (Skinner, 1971/1973, Cap. 17, p. 195)

Um importante argumento de diferenciação dos processos originários e constituintes da pessoa entre personalistas e comportamentalistas radicais é o fato de que a pessoa como apresentada pelos personalistas tem características que misturam o que para Skinner (1959/1999) é produto de diferentes processos de seleção pelas consequências: o ontológico e o cultural.

Para os personalistas, a autoconsciência é que produz a subjetividade que caracteriza a pessoa, mas na análise comportamentalista radical a pessoa é produto do segundo nível de seleção pelas consequências, enquanto a autoconsciência que caracteriza o conceito de *self* é um tipo de repertório da pessoa que resulta do processo de seleção no nível cultural (Skinner, 1959/1999).

Skinner (1984) afirma que no terceiro nível de seleção pelas consequências há um efeito no nível individual, mas também há um efeito no nível do grupo, ou da prática cultural.

. . . Eu defini “um terceiro tipo de seleção pelas consequências” como “a evolução dos ambientes sociais ou culturais” . . . Eu disse de modo um tanto

quanto explícito que, como Harris insiste, o primeiro efeito ocorre “no nível do indivíduo”, mas há outro efeito que pode ser constatado apenas no nível do grupo, apesar do fato de que é sempre um indivíduo que se comporta. (Skinner, 1984, p. 506)

O segundo nível de seleção se trata da seleção de classes de comportamentos que geram consequências importantes para a sobrevivência do indivíduo e que resultam em uma pessoa. O terceiro nível de seleção pelas consequências, por sua vez, é o processo no qual práticas culturais são selecionadas e isso garante a sobrevivência de tais práticas e de uma cultura - essas práticas possibilitam o desenvolvimento do *self*, a depender da importância que tais repertórios têm nessa cultura. A pessoa como um *locus* onde se encontram os produtos dos três níveis de seleção é o ponto onde as características da “subjetividade” serão notadas, mas os processos e resultados se diferenciam em três níveis, de modo que o fenômeno individual não é o mesmo que o fenômeno grupal (Skinner, 1959/1999, 1969/2013, 1974, 1982).

O *self* é como uma pessoa se sente (Skinner, 1989) e quando essa informação se torna importante para uma cultura, os repertórios como os de autoconsciência e autoconhecimento são desenvolvidos (Skinner, 1974). Ficar sob controle de seus estímulos internos é uma habilidade possível devido aos sistemas proprioceptivos e interoceptivos, e devido a relação do indivíduo com seu ambiente social e cultural (Skinner, 1953/2005, 1974) e relatá-los só é possível devido ao desenvolvimento do comportamento verbal (Skinner, 1959/1999, 1969/2013, 1987, 1989).

Sobre “sentir que está sentindo” as condições corporais por meio da introspecção e sobre os relatos feitos sobre tais condições, Skinner (1959/1999) alerta para que o que se sente não seja confundido com um eu iniciador, mas que seja entendido como subprodutos das

relações do organismo com as contingências sócio-culturais (Skinner, 1953/2005, 1971/1973, 1974, 1978).

. . . o que é sentido ou introspectivamente observado não é um mundo não físico da consciência, da mente ou da vida mental, mas o próprio corpo do observador. Isso não significa, como veremos mais tarde, que a introspecção é um tipo de pesquisa fisiológica, nem significa (e esse é o cerne do argumento) que o que é sentido ou introspectivamente observado são as causas do comportamento. (Skinner, 1974, Cap. 1, p. 17)

Além da ideia do *self* como causa, a ideia tradicional do *self* como um conjunto de respostas funcionalmente unificadas também é criticada (Skinner, 1953/2005). Uma vez que a relação da pessoa com o ambiente é uma relação funcional, e a alteração das condições ambientais alteram o comportamento do indivíduo, há uma miríade de sistemas de respostas que podem existir debaixo de uma mesma pele, de modo que podem existir diversos “*selves*” - até mesmo conflitantes (Skinner, 1953/2005, 1971/1973, 1974). Os diferentes *selves* dizem das diferentes contingências de reforçamento arranjadas por uma cultura (Skinner, 1971/1973) e a indivisibilidade de um indivíduo depende da coerência das contingências programadas pela sociedade (Skinner, 1974).

A autoconsciência - originadora do *self* para os personalistas - pode ser entendida a partir do comportamentalismo radical como a observação de comportamentos encobertos (Skinner, 1974, 1989), que só podem ser observados por meio da introspecção (Skinner, 1989). Skinner (1971/1973, 1974) apresenta o *self* tanto como a capacidade de sentir que está sentindo quanto como repertórios de interação com o que se sente.

O repertório de autoconsciência é apontado por Skinner (1974) como tendo relevância no fenômeno comportamental, uma vez que, mesmo inexatos devido às limitações dos sistemas que permitem tal observação, os relatos sobre o que foi observado internamente

podem informar aos outros os possíveis efeitos de seus comportamentos em interação, e também são observações úteis no desenvolvimento dos repertórios de autoconhecimento e de autocontrole.

O autoconhecimento é a capacidade do indivíduo de não apenas discriminar as condições do seu próprio corpo, mas também identificar as variáveis que afetam seu comportamento e seu corpo (Skinner, 1953/2005). O autocontrole seria a capacidade de manipulação de variáveis das quais o comportamento é função, de modo a diminuir a probabilidade de respostas que geram punições (Skinner, 1953/2005). A capacidade de desenvolver um repertório de autocontrole é o que permite afirmar que um grau de autodeterminação do indivíduo é possível (Skinner, 1953/2005).

Como repertórios de uma pessoa que tem por base um organismo, temos que o *self* que conhece e o *self* que controla são produtos de contingências sociais, e o *self* conhecido e o controlado são produtos de outros processos de seleção (Skinner, 1971/1973). O *self* como um tipo de repertório da pessoa também pode ser confundido com os produtos do segundo nível de seleção, mas Skinner (1989) tenta esclarecer melhor essa diferenciação apontando que

Uma distinção mais clara pode ser feita agora entre pessoa e self: uma pessoa, como um repertório comportamental, pode ser observada pelos outros; o self, como um conjunto de estados internos acompanhantes, é observado somente por meio dos sentimentos ou da introspecção. (Skinner, 1989, Cap.3, p. 28).

De modo mais categórico, o comportamentalismo radical vai se distanciar fundamentalmente do individualismo personalista ao classificar a origem da consciência e autoconsciência na relação do organismo com o mundo físico e sócio-cultural, sendo produto de contingências sociais, em especial da comunidade verbal com a qual o indivíduo interage

(Skinner, 1974). Deste modo, há a rejeição de descrições da consciência como um agente autônomo fruto de uma essência excepcional da pessoa.

O originador está no cerne da questão do self e do senso de self. Um membro da espécie humana tem identidade, no sentido de que ele é um membro e não outro. De início ele é um organismo e se torna uma pessoa ou self à medida que adquire um repertório comportamental. Ele pode se tornar mais de uma pessoa ou self se ele adquirir repertórios mais ou menos incompatíveis apropriados para diferentes ocasiões . . . Mas todos os selves são produtos das histórias genética e ambiental. Autoconhecimento e autogerenciamento são de origem social, e os selves conhecidos e gerenciados são produtos tanto de contingências de sobrevivência quanto de contingências de reforçamento. Nada sobre a posição tomada neste livro questiona a unicidade de cada membro da espécie humana, mas a unicidade é inerente à sua fonte. Não há espaço na posição científica para um self compreendido como um verdadeiro originador ou iniciador da ação. (Skinner, 1974, Cap. 14, pp. 224-225)

A ciência do comportamento que baseia a filosofia comportamentalista radical é acusada recorrentemente de ignorar ou a pessoa ou o *self*, de se limitar a estudar o caráter biológico do ser humano (Patto, 1984/2022). Skinner (1974) defende o comportamentalismo afirmando que o que se negligencia é o “animismo” presente em afirmações como a de “um eu que diz saber o que fará e que usa seu corpo para fazê-lo . . .” (p. 167). A negação não é da existência da pessoa ou do self, mas de uma leitura e de uma explicação internalista desses conceitos - como a de intencionalidade.

O *self* requer o outro, requer uma comunidade verbal, requer uma cultura.

Sem um ambiente social, a pessoa permanece essencialmente selvagem . . . Um homem que esteve sozinho desde seu nascimento não terá comportamento verbal,

não será consciente de si como uma pessoa, não possuirá nenhuma técnica de autogerenciamento, e em relação ao mundo ao seu redor ele terá apenas aquelas habilidades deficitárias que podem ser adquiridas em um curto tempo de vida a partir de contingências não sociais . . . Ser para si mesmo é ser quase nada. (Skinner, 1971/1973, Cap. 6, p. 122)

Ainda sobre as pontuais possíveis aproximações entre as filosofias aqui comparadas, para os personalistas, a singularidade que se origina da autoconsciência é o que permite às pessoas uma subjetividade irreduzível (Encyclopedia Britannica, 2013; Williams & Bergtsson, 2009/2022), para o comportamentalismo radical é a variabilidade genética e comportamental e os processos de seleção pelas consequências em três níveis que gera um alto grau de individualidade (Skinner, 1953/2005, 1982). É possível notar a aproximação quanto à característica do resultado “único”, mas há o distanciamento quanto aos processos que geram tal resultado.

Além do distanciamento das explicações sobre a singularidade da pessoa, Skinner (1968) alerta que nem toda idiosincrasia é útil, e essa afirmação reafirma a leitura contextualista e consequencialista do comportamentalismo radical. A singularidade não é uma característica boa em si, mas depende do contexto e das consequências geradas por tais idiosincrasias. Em determinados contextos comportamentos desviantes tendem a ser punidos e essa punição pode ser deletéria para o indivíduo e para o grupo.

Ainda que possa ser punida em determinados contextos, a idiosincrasia e a originalidade provavelmente tiveram valor de sobrevivência e, por isso, são características e comportamentos selecionados nos processos pelos quais passaram (Skinner, 1982). O valor da idiosincrasia pode ser explicado pela importância da variabilidade nos processos de seleção nos três níveis. Essa importância pode ser argumentada quando o comportamentalismo é acusado de gerar uma “uniformidade excessiva” entre organismos, ou quando se acusa teorias

naturalistas e “impessoais” de estarem associadas a políticas totalitaristas que tornam todos “iguais” - de acordo com Skinner (1971/1973), isso seria um *design* ruim.

A teoria da excepcionalidade que defende uma diferenciação essencial e não apenas em grau entre pessoas e animais - e que advém da afirmação da singularidade subjetiva da pessoa - não foi identificada no comportamentalismo radical. Do contrário, Skinner (1971/1973) diz que as teorias tradicionais exageram a diferença entre humanos e outras espécies, uma vez que todas as espécies passam pelo processo de seleção pelas consequências, e interagindo com ambientes similares, elas apresentam alguns processos e produtos estruturais e comportamentais em comum.

Uma diferenciação entre animais e as pessoas não é negada, mas não é entendida como uma diferença em essência, e sim, em grau. Quanto à excepcionalidade, como já apontado, no comportamentalismo radical há a afirmação de que alguns repertórios comportamentais são unicamente da pessoa, sendo eles aquelas que resultam da seleção no terceiro nível, possíveis devido ao comportamento verbal operante (Skinner, 1974).

A liberdade supostamente permitida pela subjetividade excepcional da pessoa, de acordo com os personalistas, também é um aspecto questionado no comportamentalismo radical, no qual é apresentada uma leitura selecionista desse conceito, em consonância com os demais aspectos dessa teoria. Como de costume nos textos de Skinner, o autor apresenta a tese tradicional a qual critica, aqui sendo as ideias essencialistas de liberdade presentes no que é chamado de “literatura da liberdade”.

Liberdade é uma “posse”. Uma pessoa escapa ou destrói o poder de um controlador a fim de se sentir livre, e uma vez que se sente livre e pode fazer o que deseja, nenhuma outra ação é recomendada e nenhuma é prescrita pela literatura da liberdade, exceto talvez a vigilância eterna para que o controle não retorne. (Skinner, 1971/1973, Cap. 2, pp. 36-37)

A leitura comportamentalista radical sobre controle e liberdade não se baseia em uma posse internalista, mas em uma relação com as contingências ambientais e históricas.

Certas contingências aumentaram a probabilidade do comportamento e ao mesmo tempo criaram condições que podem ser sentidas. *Liberdade é uma questão de contingências de reforçamento, não dos sentimentos que as contingências geram* [ênfase adicionada]. A distinção é particularmente importante quando as contingências não geram fuga ou contra-ataque. (Skinner, 1971/1973, Cap. 2, pp. 41-42)

A liberdade para os comportamentalistas radicais parte da compreensão de que na relação causal com o ambiente físico ou social da qual a pessoa é o resultado está implicada uma relação de controle. “. . . o que chamamos de comportamento do organismo humano não é mais livre do que a digestão, gestação, imunização, ou qualquer outro processo fisiológico” (Skinner, 1978, p. 79). O controle como um aspecto indissociável da pessoa em todas suas dimensões evidencia a limitação do conceito de liberdade postulado pelos personalistas.

Skinner (1971/1973) argumenta que o que é entendido como liberdade para os personalistas e por outras leituras tradicionais do indivíduo e do comportamento humano é o “sentir-se livre”, um subproduto de contingências ambientais reforçadoras positivas. O sentimento de liberdade que tradicionalmente é entendido como “liberdade” não é um indicador confiável para a liberdade de fato, “Como as pessoas se sentem sobre fatos é um subproduto. O que importa é o que fazem sobre eles, e o que elas fazem é um fato a ser compreendido examinando as contingências relevantes” (Skinner, 1971/1973, Cap. 6, p. 113).

Ao conceituar a liberdade como uma possessão, a literatura da liberdade se propõe a alterar estados emocionais e mentais, em busca do sentimento de liberdade, e se demonstra ignorante ao controle exercido pelas contingências de reforço positivo. Um conceito de liberdade que se atenta apenas ao aspecto aversivo do controle não é capaz de gerar o

reconhecimento de relações de controle mantidas em contingências de reforço positivo, deixando os indivíduos vulneráveis para possíveis riscos que advenham desse tipo de interação com o ambiente (Skinner, 1971/1973).

A luta pela liberdade é tradicionalmente confundida com escapar daquilo que é aversivo. Uma vez que as contingências de reforço positivo não são aversivas e ainda assim são uma contingência de controle, é possível ser controlado e “sentir-se livre” (Skinner, 1971/1973). O efeito da literatura da liberdade ao influenciar as ações dos indivíduos é parcial, é uma busca por se sentir livre do controle aversivo, e entende aversidade como aquilo que define controle. “A literatura da liberdade foi projetada para tornar os homens ‘conscientes’ do controle aversivo, mas em sua escolha de métodos ela falhou no resgate do escravo feliz” (Skinner, 1971/1973, Cap. 2, p. 44).

Para além da ignorância sobre a efetividade parcial da luta contra o controle aversivo, perde-se de vista a importância do controle cultural e do ambiente no geral na formação da pessoa, limitando o autoconhecimento e o desenvolvimento de práticas que de fato ajudem os indivíduos a desenvolverem autonomia.

Embora a tecnologia tenha libertado os homens de certas características aversivas do ambiente, ela não os libertou do ambiente. Nós aceitamos o fato de que dependemos do mundo ao nosso redor, e nós simplesmente mudamos a natureza da dependência. Da mesma maneira, para fazer o ambiente social ser livre dos estímulos aversivos tanto quanto possível, nós não precisamos destruir este ambiente ou escapar dele; nós precisamos reprojeta-lo. (Skinner, 1971/1973, Cap. 2, p. 46)

A compreensão de que todo tipo de controle é aversivo e “anti-pessoa” ou “anti-indivíduo” facilita uma visão dicotômica e simplista sobre controles socialmente, culturalmente e individualmente importantes para a pessoa e para a sociedade.

. . . O que é ignorado é o controle que em momento nenhum tem consequências aversivas. Muitas práticas sociais essenciais para o bem-estar da espécie envolve o controle de uma pessoa pela outra e ninguém que se preocupa com as conquistas da humanidade pode suprimi-las. Veremos mais tarde que a fim de manter a posição de que todo controle é errado, fez-se necessário disfarçar ou ocultar a natureza de práticas úteis. (Skinner, 1971/1973, Cap. 2, p. 45)

Ainda sob esse olhar comportamentalista radical sobre liberdade, podemos melhor entender a discriminar a aproximação das teses sobre o controle aversivo das instituições. Todas relações são relações de controle, mas o aspecto aversivo não é a única possibilidade de controle. É comum que as instituições façam uso de controle aversivo contra os indivíduos e grupos, mas não é uma característica intrínseca que põe as instituições em oposição aos indivíduos, mas sim um resultado de contingências passíveis de serem alteradas. Desse modo, a aproximação entre a tese comportamental e a personalista sobre a aversividade daquilo que é coletivo ou social não se sustenta.

Skinner (1953/2005) afirma que o poder de controle em grupo é maior do que o poder de controle dos indivíduos, e por isso pode ser benéfico para o indivíduo estar associado e ter relações interpessoais e grupais.

Quem sempre se comporta é o indivíduo, contudo é o grupo que tem o efeito mais poderoso. Ao se unir a um grupo o indivíduo aumenta seu poder de acessar reforço . . . As consequências reforçadoras geradas pelo grupo facilmente excedem a soma das consequências que poderiam ser alcançadas pelos membros agindo separadamente. O efeito reforçador total aumenta grandemente. (Skinner, 1953/2005, Cap. 19, p. 312)

Para além disso, essa relação do indivíduo com grupos faz parte do que o constitui como indivíduo, como pessoa e como *self*, e não algo que o descaracteriza como temido pelos

personalistas. A tese da oposição entre indivíduos e grupos não se sustenta, ao menos não de modo dicotômico.

Quanto à função das interações sociais e seus aspectos éticos, para os personalistas, a pessoa deve respeitar seus pares de modo que elas não sejam meio para algum fim, mas sejam o fim em si mesmas, e isso se deve ao valor intrínseco dado à pessoa. O comportamentalismo radical apresenta um conceito de pessoa que se baseia na relação com o ambiente de modo que torna obsoleto o “eu autônomo”, que nega essa essência excepcional que impele às pessoas a agirem. A queda do eu autônomo coloca em risco a excepcionalidade da pessoa defendida pelos personalistas (Skinner, 1971/1973) e com isso questiona o valor intrínseco da pessoa na ética personalista.

Na visão personalista, uma pessoa pode ajudar as outras a exercerem sua subjetividade, mas não deve alterá-la. O cuidado com os grupos e instituições são recomendáveis, assim como o cuidado com algumas filosofias acusadas de serem “impessoais”. Para os comportamentalistas, as pessoas são meio quando falamos delas mediarem o acesso a determinados reforçadores e como parte das interações que compõem a pessoa e o *self*. Não há um imperativo moral excepcionalista no comportamentalismo que proíba as relações com tais características e funções.

Skinner (1971/1973) afirma que um equilíbrio entre o indivíduo e seu ambiente social seria uma relação ideal, mas que o libertarianismo e o individualismo, ao não atentar ou ao negligenciar os ganhos remotos, que podem advir de controles mais imediatos, não são capazes de contribuir para essa realidade equilibrada.

Apesar das aproximações pontuais entre as filosofias comportamentalista radical e individualista personalista, o indivíduo apresentado pelos comportamentalistas é composto por diferentes dimensões - sendo a pessoa uma dessas, composta por uma diversidade de repertórios comportamentais, destacando-se aqui a dependência do contexto social para sua

formação. Uma vez que uma pessoa sob a leitura comportamentalista radical é uma referência a repertórios comportamentais que resultam de processos de seleção pelas consequências, e não a uma essência (pré) determinada, não é possível falar de indivíduo ou pessoa sem os afirmar como seres relacionais - e inerentemente sociais. O comportamentalismo radical não é compatível com o individualismo personalista.

Comportamentalismo radical e individualismo metodológico

Aproximações

Uma ciência não é uma atividade passiva, é uma busca por formas mais eficientes de explicar fenômenos e de resolver problemas que envolvem esses fenômenos, engajando-se ativamente na previsão e no controle de tais fenômenos (Skinner, 1953/2005). A eleição de um objeto de estudo científico deve levar em conta que este deve ser passível de ser acessado por um método adequado e apresentar um caráter ordenado, de modo que seja um objeto que possa ser compreendido, previsto e manipulado (Skinner, 1953/2005).

Para os individualistas metodológicos, a ciência social deve buscar entender as problemáticas sociais por meio do estudo das ações dos indivíduos (Johnson, 1995/1997c), e para tal, métodos interpretativos são aplicados para analisar as ações racionais. Para os comportamentalistas radicais sua ciência deve explicar os processos sociais a partir do comportamento dos organismos individuais (Skinner, 1953/2005), e para atingir seus objetivos, fazendo uso de métodos experimentais, a taxa de resposta demonstrou ser a unidade de análise de maior efetividade (Skinner, 1969/2013).

Algumas aproximações que podem ser argumentadas entre o comportamentalismo radical e o individualismo metodológico são: 1. A importância dada ao papel do indivíduo na compreensão de eventos sociais e de grupo; 2. A crítica ao uso de estatística pura; 3. Possível

utilidade da introspecção no fazer científico; 4. O não compromisso com uma ética individualista.

Mesmo que diferentes, as unidades de análise e os objetos de estudo de ambas epistemologias se aproximam ao compartilhar a identificação das ações dos indivíduos como importante fator de composição e alteração do mundo. A relevância das ações do indivíduo no individualismo metodológico é justificada pela excepcionalidade de seu caráter intencional (Heath, 2005/2020) e no comportamentalismo radical pelas importantes idiossincrasias que diferenciam cada indivíduo (Skinner, 1959/1999, 1974, 1978, 1984) e pelo fato de que “. . . É sempre um *indivíduo* [ênfase adicionada] que se comporta . . .” (Skinner, 1953/2005, p. 298).

A importância do indivíduo para os analistas do comportamento é enfatizada por seu característico uso de pesquisas com sujeitos únicos (Skinner, 1959/1999), método preferido em detrimento da coleta de dados grupais e defendido também devido aos bons resultados obtidos com o uso da frequência de resposta do organismo individual como unidade de análise.

A proposta de ambas filosofias e ciências ao priorizar o indivíduo para o estudo social ou de grupos argumentam a favor da possibilidade da dedução de princípios gerais de casos particulares, como na afirmação de que o comportamento em grupo pode ser explicado pelo comportamento individual (1953/2005), e

. . . Quando estendemos uma análise experimental para assuntos humanos em geral, é de grande vantagem ter um sistema conceitual que se refere a um único indivíduo, preferencialmente sem fazer comparações com um grupo. Uma aplicação mais direta da previsão e controle de indivíduos é, então, alcançada. O estudo da frequência da resposta parece levar direto a um sistema desse tipo. (Skinner, 1959/1999, p. 105)

Skinner (1953/2005) afirma que, se o que interessa é o comportamento do indivíduo - por seus efeitos no mundo -, uma ciência que busca respostas sobre as ações dos indivíduos deve buscá-las a partir do estudo dos indivíduos.

Um argumento similar é levantado quanto ao uso de estatística em uma ciência do comportamento. Uma previsão do que o indivíduo médio fará frequentemente tem pouco ou nenhum valor ao se lidar com um indivíduo em particular. . . . *Geralmente uma ciência é útil em lidar com um indivíduo apenas na medida em que suas leis se referem aos indivíduos* [ênfase adicionada]. Não é provável que uma ciência do comportamento que se preocupa somente com o comportamento de grupos seja útil para nossa compreensão do caso particular. Mas a ciência ainda pode lidar com o comportamento do indivíduo, e seu sucesso ao fazê-lo deve ser avaliado em termos de suas conquistas ao invés de argumentações a priori. (Skinner, 1953/2005, Cap. 2, p. 19)

Para Skinner (1953/2005, 1984), dados quantitativos e tratamento matemático são úteis, mas modelos matemáticos que ignoram as especificidades do comportamento devem ser evitados. Ao criticar o tratamento puramente estatístico dos dados, argumentando que a esse tratamento escapam as individualidades dos sujeitos estudados (Skinner, 1953/2005, 1969/2013, 1982, 1984), a ciência do comportamento toca em uma crítica também feita por Hayek (Heath, 2005/2020). No caso dos analistas do comportamento, há a defesa da superioridade de uma observação direta a uma análise estatística *a posteriori* (Skinner, 1969/2013).

Uma reiteração da crítica de Skinner ao uso de estatísticas e da defesa dos uso de sujeitos únicos pode ser encontrada em diferentes trechos de diferentes livros. Ao discutir os processos do fazer ciência, o autor afirma ter sido “acidentalmente salvo” das “estatísticas mecanicistas” (Skinner, 1982); ele defende que jovens psicólogos devem aprender a trabalhar

com sujeitos únicos e não com grandes grupos (Skinner, 1984); e encoraja melhorias técnicas para avançar a ciência comportamental em detrimento de buscar resultados alcançados por meio do trabalho com grupos de sujeitos (Skinner, 1959/1999, 1982).

Para além do declarado papel do indivíduo na metodologia comportamental, ao responder críticas de ser adepto de uma eventual teoria social “reducionista”, que reduz processos sociais ao indivíduo, Skinner (1974) reafirma sua teoria como de fato sendo “engrandecedora do indivíduo”.

O comportamentalismo poderia ser chamado de reducionista quando se discute as ciências sociais. Ele reduz os processos sociais ao comportamento dos indivíduos. Mas isso dificilmente poderia ser chamado de redução do papel do indivíduo. Do contrário, é um tipo de engrandecimento. (Skinner, 1974, Cap. 14, p. 241)

O engrandecimento do indivíduo é fundamento dos três tipos de individualismos identificados e é mais um aspecto que pode ser entendido como uma aproximação entre essa linha filosófica e o comportamentalismo radical.

Quanto às ciências sociais, além de sugerir o estudo dos fenômenos sociais a partir do indivíduo, Skinner (1974) demonstra interesse na possibilidade do estudo dos fenômenos sociais a partir do indivíduo influenciar um reavivamento do papel do indivíduo nessa área de pesquisa (Skinner, 1974). O individualismo metodológico é uma teoria das ciências sociais que reaviva e afirma o papel do indivíduo como unidade referencial no estudo de fenômenos sociais.

O indivíduo é selecionado como objeto de estudo dos individualistas metodológicos pelo caráter “intencional” de suas ações, e essa intencionalidade é tida como um comportamento encoberto deste indivíduo, acessado por meio do relato de suas experiências introspectivas, relatos esses que são interpretados em um segundo momento (Heath,

2005/2020). Quanto a esse método de acesso a comportamentos encobertos, Skinner (1953/2005, 1959/1999, 1969/2013, 1974, 1978, 1989) apresenta diferentes argumentos, simpáticos e críticos.

Sobre os comentários que podem ser apontados como tendo uma pequena aproximação com o individualismo metodológico, Skinner (1974) comenta não haver motivos para criticar o uso prático da introspecção e do autorrelato.

Uma análise comportamentalista não questiona a utilidade prática de relatos sobre o mundo interno que é sentido e observado introspectivamente. Eles são dicas (1) sobre comportamento passado e as condições que o afetam, (2) sobre comportamento atual e as condições que o afetam, e (3) sobre condições relacionadas a comportamento futuro. (Skinner, 1974, Cap. 2, p. 31)

Temos uma afirmação do possível uso prático da introspecção, sua utilidade em revelar possíveis relações entre o indivíduo e seu ambiente (Skinner, 1974), e a indicação de que este é o único método de acesso aos comportamentos encobertos do indivíduo (Skinner, 1989).

Mesmo com a relevância dada ao indivíduo em suas ciências, tanto os individualistas metodológicos quanto os comportamentalistas radicais não aderem a um código ético individualista. Os individualistas metodológicos apontam que esse tema está fora do papel de uma epistemologia (Heath, 2005/2020) e Skinner (1978) defende a sobrevivência da cultura como um valor para a aplicação das tecnologias comportamentais, ao mesmo tempo que diz de um equilíbrio entre as aspirações individuais e coletivas.

Distanciamentos

A importância dada ao indivíduo pelos individualistas metodológicos e pelos comportamentalistas radicais se diferencia à medida em que o indivíduo de que se fala é compreendido de diferentes maneiras. Mesmo sem se filiar explicitamente a uma ontologia, a

ação do indivíduo como objeto do individualismo metodológico é uma ação intencional, que se aproxima da explicação essencialista de um eu autônomo, no qual a ação se origina do e no próprio indivíduo. O indivíduo apresentado no comportamentalismo radical está associado a uma ontologia, e uma que rejeita o “eu autônomo”, e que compreende o indivíduo como resultado complexo de três níveis de seleção pelas consequências.

Aqui há a necessidade de esclarecer a visão diferente entre comportamentalistas e individualistas metodológicos quanto a comportamentos encobertos ou eventos internos e os métodos de acesso a esses. Sobre a visão dos individualistas metodológicos sobre a origem ou características desse tipo de fenômeno, pouco foi encontrado, mesmo sobre o conceito de intenção. É possível que essa escassez de informação esteja relacionada às limitações das buscas, assim como em parte pode ser atribuída à negação de uma filiação explícita a uma ontologia.

Para o comportamentalismo radical, que disserta ontologicamente sobre os indivíduos, as intenções são explicadas como os demais comportamentos privados e públicos são explicados, como produtos de contingências de reforço (Skinner, 1974). Há trechos que descrevem tais eventos como podendo ser “. . . produtos colaterais das contingências que geram comportamento.” (Skinner, 1974, p. 68) ou mesmo “É mais provável que o que vemos por meio da introspecção são os estágios iniciais de nosso comportamento, os estágios que ocorrem antes do comportamento começar a agir sobre o ambiente” (Skinner, 1959/1999, p. 667).

Os eventos internos para os comportamentalistas radicais têm a mesma origem e a mesma natureza que os eventos públicos, distinguindo-se apenas quanto à possibilidade de acesso a tais eventos (Skinner, 1953/2005), e nesse sentido quebra-se qualquer proximidade com a defesa dos individualistas metodológico sobre a excepcionalidade da natureza da ação intencional.

Sobre o uso de explicações internalistas, como a “intencionalidade” do individualismo metodológico, Skinner (1953/2005) afirma que

Não há nada errado com uma explicação interna como tal, mas eventos que estão localizados dentro de um sistema tendem a ser difíceis de se observar. Por esse motivo nós somos encorajados a atribuir propriedades a eles sem justificativa. Ainda pior, nós podemos inventar causas desse tipo sem medo de contradições. (Cap. 3, p. 27)

Ainda sobre o acesso a tais fenômenos, o “mundo debaixo da pele” não pode ser observado ou conhecido claramente (Skinner, 1974) e

A objeção a estados internos não é por eles não existirem, mas por não serem relevantes em uma análise funcional. Nós não podemos explicar o comportamento de nenhum sistema estando inteiramente dentro dele; eventualmente nós devemos nos direcionar para as forças externas que operam sobre o organismo. (Skinner, 1953/2005, Cap. 3, p. 35)

Em contraposição ao individualismo metodológico, Skinner (1971/1973, 1974) afirma que uma explicação internalista e essencialista não tem espaço em uma explicação científica do comportamento para explicar o porquê uma pessoa age. A partir dessa afirmação, a leitura comportamental é de que a descrição de intenção ou propósito nada mais é do que uma descrição das variáveis controladoras do comportamento (Skinner, 1953/2005, 1974, 1982).

É comum que um comportamento sob controle de suas consequências pareça ser teleológico (Skinner, 1969/2013, 1982), mas é histórico, e está no campo do operante (Skinner, 1974). O intencionalismo seria uma tentativa de buscar uma propriedade que substitua a história do organismo, ou do indivíduo, mas as contingências responsáveis pelo desenvolvimento do comportamento estão no passado e não no futuro (Skinner, 1984). Temos

reconhecidas no comportamentalismo radical a existência de comportamentos encobertos (ou internos) e a dificuldade de acesso que leva a atribuições equivocadas de sua função.

O que acontece quando se apresenta a intenção como causa do comportamento é uma confusão passível de ocorrer devido ao lugar e ao momento em que os eventos privados se dão, de modo que podem ser correlacionais ou mesmo serem subprodutos das mesmas variáveis que controlam o comportamento público, gerando uma interpretação equivocada de sua função como causa.

Ao comparar diferentes níveis de seleção pelas consequências é possível entender mais claramente a confusão temporal que pode ocorrer e levar a uma afirmação de propósito teleológico das ações e comportamentos do indivíduo.

Há uma diferença entre propósito biológico e individual no sentido de que este último pode ser sentido. Ninguém poderia ter sentido o propósito no desenvolvimento da mão humana, enquanto, em certo sentido, a pessoa pode sentir o propósito com o qual ele toca uma escala suave. (Skinner, 1971/1973, Cap. 9, p. 200)

A intenção de agir é um relato da probabilidade de uma resposta ser dada em determinado contexto, e é um relato que se baseia na leitura das contingências históricas do indivíduo. As condições corporais associadas às experiências contingenciais costumam ser citadas como causa dos comportamentos, mas são apenas subprodutos. Para os comportamentalistas são as variáveis ambientais externas - as que geram essas condições internas - que melhor explicam o comportamento, a formação do indivíduo e que permitem uma intervenção mais efetiva sobre o fenômeno (Skinner, 1974).

. . . mas, na melhor das hipóteses, motivos e propósitos são os efeitos dos reforçamentos. A mudança forjada pelo reforçamento é frequentemente dita como “a aquisição de propósito ou intenção”, e dizemos que “damos propósito a uma

pessoa” ao reforçá-la de determinada forma. Essas expressões são convenientes, mas o fato básico é que quando uma pessoa “está ciente de seu propósito”, ela está sentindo ou observando introspectivamente a condição produzida por reforçamento. (Skinner, 1974, Cap. 4, pp. 56-57)

Quanto ao debate epistemológico relacionado aos fenômenos sociais e sobre o indivíduo, apesar do comentário sobre a possível influência do comportamentalismo radical sobre as ciências sociais e dos pontos de aproximação entre teorias, a proposta epistemológica skinneriana se afasta dos métodos das ciências sociais.

O comportamentalismo radical aqui apresentado se caracteriza por seguir uma linha selecionista e pragmatista (Moxley, 2004) e quanto aos métodos experimentais, há a defesa de que uma ciência do comportamento faça uso dos que já são conhecidos nas ciências naturais (Skinner, 1953/2005, 1974, 1978). Essas filiações permitem uma melhor compreensão da crítica de Skinner (1959/1999) sobre a insistência de cientistas sociais em buscar soluções dentro das pessoas.

Apesar de alguns pontos de proximidade entre o comportamentalismo radical e o individualismo metodológico, a crítica de Skinner sobre o equívoco da busca por respostas dentro dos indivíduos se estende ao individualismo metodológico, uma vez que é uma metodologia das ciências sociais que busca suas respostas no mundo privado do indivíduo, nas intenções de suas ações (Heath, 2005/2020).

Devido à dificuldade de acesso aos eventos internos, o acesso a tais eventos é feito por meio de relatos verbais dos indivíduos sobre o que observam por meio da introspecção, o que para Skinner (1953/2005, 1971/1973, 1974, 1978, 1982, 1989) é um método pouco confiável por diversos motivos. Os autorrelatos são comportamentos modelados por uma comunidade que não tem acesso aos eventos que são descritos, uma vez que o acesso a eventos internos é exclusivo apenas ao próprio indivíduo. Além disso, o indivíduo tem acesso a esses eventos

por meio de estruturas e sistemas biológicos que não evoluíram em um contexto que os permitiu uma acuidade adequada (Skinner, 1978).

Skinner (1953/2005, 1971/1973) destaca o autorrelato verbal como um dado de significativo risco de falibilidade uma vez que o indivíduo tem motivos para distorcê-los, e que é um repertório comportamental que está sujeito ao reforçamento social - e não somente aos estímulos internos que supostamente relata, assim como pelo fato de que mesmo as inferências a partir de comportamentos públicos não serem totalmente confiáveis.

A introspecção usada muitas vezes como dado primário nesse tipo de investigação (Skinner, 1969/2013), para Skinner (1989) tem função majoritária de apenas satisfazer interesses históricos sobre o comportamento. Há, contudo, uma aparente contradição de Skinner ao afirmar que a introspecção e a interpretação podem ser partes de um processo investigativo do comportamento (Skinner, 1969/2013, 1974, 1978), ao mesmo tempo que as afirmam como insuficientes (Skinner, 1953/2005, 1959/1999, 1989), pouco úteis e até mesmo desnecessárias (Skinner, 1969/2013).

Em outro momento, Skinner (1959/1999) afirma que “No entanto, o problema não era a introspecção. Era o eu ou a mente iniciadores aos quais a introspecção parecia acessar” (p. 671). Novamente temos a afirmação de distanciamento entre o essencialismo individualista e o selecionismo pragmatista do comportamentalismo radical. Há, também, a defesa de que as análises sobre a introspecção devem ser feitas sob uma perspectiva da física e química, assim como de acordo com o que se entende dos processos de variação e seleção. A proposta defendida seria a de uma “restauração da introspecção”, agora sob a perspectiva alternativa de uma teoria selecionista (Skinner, 1974).

Na perspectiva selecionista do comportamentalismo radical, “O que nós aprendemos a partir de uma análise experimental do comportamento sugere que o ambiente performa as funções previamente atribuídas aos sentimentos e aos estados internos do organismo

observados introspectivamente” (Skinner, 1974, pp. 248-249). Os “palpites” e as teorizações que podem fazer parte dos processos científicos (Skinner, 1974, 1978) são mais úteis quando baseadas na dotação genética e na história comportamental dos indivíduos do que em causas internalistas.

As características de uma análise do comportamento a partir de uma perspectiva comportamentalista radical - com suas filiações pragmática e seletiva, assim como sua filiação aos métodos das ciências naturais-, não permite uma afirmação de filiação à introspecção como abordagem e metodologia, apesar de ocasionais comentários simpáticos à essa prática. “Será que algum dia seremos capazes de dizer mais sobre o que se sente? É quase certo que não por meio da introspecção” (Skinner, 1989, p. 33). Para o comportamentalismo radical, a análise de contingências se mantém como a melhor opção (Skinner, 1969/2013).

Contribuindo para um maior distanciamento entre o comportamentalismo radical e o individualismo metodológico, Skinner (1953/2005, 1959/1999, 1974, 1978, 1984) apresenta a tese de que a busca por causas internas não é uma busca neutra, mas uma busca que desviou “mão de obra” científica de questões e métodos mais relevantes e de maior sucesso na explicação comportamental. Não há a negação de possíveis benefícios do estudo dos eventos internos, mas há uma postura pragmática quanto aos benefícios do estudo das variáveis externas em comparação.

Nós não avançamos mais rápido até os métodos e instrumentos necessários no estudo do comportamento precisamente devido ao desvio da preocupação para com uma vida interna - suposta ou real. É verdade que o psicólogo introspectivo e o construtor de modelo investigaram os ambientes, mas eles fizeram isso somente para jogar luz sobre os eventos internos nos quais estavam interessados. . . . Até mesmo quando são úteis, um determinante interno quando observado ou

hipotetizado não é uma explicação para o comportamento até que, por sua vez, ele também seja explicado, e a fascinação com uma vida interna refreou a curiosidade sobre os próximos passos a serem tomados. (Skinner, 1978, Cap. 6, pp. 76-77)

Quanto mais o comportamento de um organismo passa a ser explicado em termos de variáveis externas, mesmo em suas complexidades, menos relevante as explicações internalistas se tornam e o agente interno se torna desnecessário (Skinner, 1953/2005, 1959/1999). Ao falar das explicações internalistas e de agentes internos e autônomos, Skinner (1959/1999) defende que “Uma análise científica eficaz presumivelmente dispensaria todos eles” (pp. 51-52).

Dados os processos que criam e controlam o comportamento - e, por consequência, o indivíduo que se comporta, o comportamento humano é um fenômeno complexo (Skinner, 1953/2005, 1969/2013, 1971/1973). A essa complexidade é possível aplicar o Princípio da Indeterminação (Skinner, 1953/2005, 1974) dos comportamentos humanos ou, por outro lado, de uma autodeterminação (Encyclopedia Britannica, 2013; Williams & Bergtsson, 2009/2022), mas para Skinner essas inferências não se justificam como necessidade em uma ciência, e dizem apenas da inabilidade do acesso ao caráter determinista do fenômeno comportamental.

O controle do comportamento só é possível por meio do conhecimento e manipulação das condições que o causam (Skinner, 1953/2005, 1974); as variáveis importantes para uma análise científica devem ser encontradas no ambiente imediato e histórico do indivíduo (Skinner, 1953/2005). O comportamento como apresentado no comportamentalismo radical é passível de ser controlado (Skinner, 1953/2005, 1959/1999, 1969/2013, 1971/1973, 1974, 1978, 1982, 1984, 1989) e está no escopo de uma análise científica (Skinner, 1989), uma vez que sua relação com o ambiente é funcional e possui uniformidade, ordem (Skinner, 1953/2005, 1959/1999, 1989).

Nesse contexto, o comportamentalismo radical é a filosofia epistemológica que advém da investigação experimental da relação das contingências ambientais com o comportamento de organismos individuais (Skinner, 1978). Nesse processo, o comportamento do organismo é a variável dependente (VD), o ambiente é a variável independente (VI), e a taxa de resposta de um organismo é identificada como um dado promissor (Skinner, 1959/1999, 1969/2013, 1984) e adequado para uma análise da probabilidade da ocorrência de um comportamento (Skinner, 1953/2005, 1959/1999, 1974, 1978, 1982, 1984).

Para os comportamentalistas, a maioria dos nossos comportamentos não são racionais no sentido de não identificarmos o que os controla (Skinner, 1989). Essa afirmação pode ser entendida como um apontamento de uma problemática da unidade de análise dos individualistas metodológicos, que concordam que nem todas as ações são racionais, mas selecionam esse tipo de ação como unidade de comportamento a ser analisada por uma ciência social (Heath, 2005/2020).

A alternativa apresentada para uma análise de intencionalidade causal das ações e comportamentos, é o estudo das contingências de reforçamento como os principais processos para previsão e controle comportamental (Skinner, 1974). Essa linha de análise torna o “homem interno” obsoleto (Skinner, 1984), uma teoria fruto de um contexto de ignorância sobre o comportamento humano (Skinner, 1974, 1984, 1989), e produz a afirmação de que simplesmente não há espaço para uma mente ou um *self* (no sentido internalista) na análise do comportamento (Skinner, 1969/2013, 1982). Desse modo, temos uma reafirmação do distanciamento do comportamentalismo radical em relação ao individualismo metodológico.

A descrição verbal das contingências não devem substituir a manipulação de variáveis (Skinner, 1969/2013), um método de maior efetividade. Do contrário, o avanço de uma ciência comportamental implica em ciências inferenciais internalistas serem substituídas

como explicações sobre o comportamento - e, conseqüentemente, sobre o indivíduo (Skinner, 1953/2005).

Isso deve ser feito dentro dos limites de uma ciência natural. Nós não podemos assumir que o comportamento tem alguma propriedade peculiar que requer métodos únicos ou tipos especiais de conhecimento. Frequentemente é argumentado que um ato não é tão importante quanto a “intenção” por trás dele, ou que ele só pode ser descrito em termos do que ele “significa” para o indivíduo que se comporta ou para os outros os quais podem ser afetados por ele. Se afirmações desse tipo são úteis para propósitos científicos, elas devem ser baseadas em eventos observáveis, e podemos nos limitar exclusivamente a esses eventos em uma análise funcional. (Skinner, 1953/2005, Cap. 3, pp. 35-36)

Em resumo, o indivíduo é importante na investigação sobre os fenômenos sociais em ambas filosofias, mas o indivíduo do qual se fala e a forma de compreendê-lo se diferencia de modo a não ser possível uma afirmação do comportamentalismo radical como um tipo de individualismo metodológico.

Comportamentalismo Radical: Um reconhecimento não individualista do indivíduo

Skinner afirma que em alguns contextos é possível substituir termos como “mente” e “*self*” por organismo e pessoa (Skinner, 1974, 1989), e na maioria dos textos analisados, os termos “indivíduo”, “pessoa”, “organismo”, “homem” e “ser humano” não aparecem de modo a indicar uma preocupação com uma definição mais rígida.

Uma definição mais cuidadosa desses termos é feita por Skinner (1989) quando são apresentados articulando-os às três dimensões do ser humano e aos três processos responsáveis por elas, e assim temos que “A seleção natural nos dá o organismo, o condicionamento operante nos dá a pessoa, e, será argumentado aqui, a evolução das culturas

nos dá o self” (p. 28). O conceito de “*self*” parece ser utilizado com um pouco mais de precisão para relatar um tipo específico de repertório (Skinner, 1953/2005, 1959/1999, 1974, 1989).

Ao comparar o indivíduo como caracterizado nos três tipos de individualismos identificados com as menções desse conceito no comportamentalismo radical de B. F. Skinner, foram identificadas algumas aproximações pontuais, mas que acabam por se diferenciar quanto à base filosófica das explicações dadas. O indivíduo para os individualistas é conceituado a partir de uma teoria internalista e essencialista, enquanto no comportamentalismo radical essa conceituação é feita a partir do selecionismo e do pragmatismo.

O indivíduo dos individualistas atomistas e personalistas é um ente que tem sua existência como uma expressão das características coesas e acabadas de sua essência, ele é possuidor de uma autonomia que tem origem nos eventos internos inerentes a essa essência e que o permite a independência dos contextos sociais. Uma vez que essa essência ou autonomia é inata e já está definida, ela é, também, imutável. Essa essência costumeiramente é apresentada como sendo constituída de uma substância distinta da dos fenômenos naturais. O individualismo metodológico, mesmo sem afirmar o que forma o indivíduo, compreende que a ação desse tem intencionalidade advinda do “mundo interno” desse seu objeto de estudo.

Por sua vez, a construção de uma compreensão selecionista pragmatista do indivíduo, como desenvolvida no comportamentalismo radical, opõe-se aos preceitos da teoria internalista individualista. A realocação da ação para ação em contexto, que aproxima Skinner dos pragmatistas, é também uma transformação de um sujeito soberano para um sujeito em contexto (Lopes & Laurenti, 2014). O contexto em que esse indivíduo é construído e constrói

é processual, apresentando uma variabilidade irreduzível, em que as consequências das ações do indivíduo o afetam constantemente (Skinner, 1953/2005).

A filiação ao pragmatismo e ao selecionismo por parte do comportamentalismo radical também permite uma leitura que não recai em uma discussão dicotômica entre indivíduo e grupo, mas que sustenta uma análise complexa dos fenômenos, permitindo estes sejam identificados em seu caráter contínuo e de rupturas, assim como permite o abandono da noção de que a ordem relacional entre os eventos converge para um *télos*.

Em Skinner, o conceito de indivíduo parece ser uma tentativa de caracterizar um ser fluido, é uma delimitação que já aponta para o movimento contínuo do que se explica. O comportamento é fluido, assim como todos os processos de aprendizagem (Skinner, 1953/2005, 1987), de variação e seleção (Skinner, 1953/2005). Tudo o que está vivo se comporta, o indivíduo como um ser vivo se comporta, e essa fluidez do comportamento aponta para a constante mudança, para a construção e extinção de respostas e de repertórios (Skinner, 1953/2005, 1969/2013, 1974) como uma característica mais humana do que uma suposta estabilidade internalista.

Os três níveis de seleção pelas consequências que caracterizam o comportamento - o filogenético, o ontogenético e o cultural - são os mesmos que caracterizam e distinguem o indivíduo como tal (Skinner, 1974, 1984). Esses três processos interagem entre si, mas não necessariamente convergem para os mesmos resultados (Skinner, 1959/1999, 1969/2013, 1974, 1982), e nada os isenta de apresentar falhas (Skinner, 1959/1999, 1974, 1982). O indivíduo resultado desses processos é compreendido em três dimensões: organismo, pessoa e *self*. Essas dimensões não diferem em sua natureza, todas têm caráter físico (Skinner, 1959/1999, 1971/1973, 1974).

O indivíduo completamente coeso, apresentado pelos individualistas, não encontra espaço na teoria de Skinner (1974). A identificação das características dos processos que

compõem o indivíduo faz com que seja proposta a tese de que a coerência das diferentes dimensões do indivíduo depende da coerência das contingências, e, portanto, há a possibilidade de existência de diferentes repertórios para diferentes contextos -, bem como de diferentes *selves* - controladores e controlados, desejáveis e indesejáveis, adequados e inadequados, e assim por diante. Esses fatores subsidiam a afirmação do indivíduo como um ser complexo.

O caráter relacional dos processos de seleção pelas consequências reforçam a distinção fundamental do comportamentalismo radical com os individualismos. O indivíduo é um ser relacional, dependente de seu ambiente - mesmo que sujeito ao acaso das mutações, ele não é um sujeito que vem primeiro ou anteriormente ao grupo e ao mundo, ele depende do seu ambiente físico, social e cultural para ser afirmado como indivíduo - principalmente quando se considera sua dimensão reflexiva (*self*), que geralmente está na base da argumentação dos individualistas. O indivíduo relacional não é um criador à parte da criação, ele é um criador e uma criação, ele só existe contextualizado.

De todo modo, a contextualização do indivíduo não implica na afirmação de que o indivíduo nada é além de uma reprodução ou representação do grupo. A ontogênese é um processo de individualização, resulta em experiências tão específicas de modo a gerar um repertório individual que não pode ser replicado em sua totalidade, um repertório único. O indivíduo existe como local no qual se encontram os resultados dos processos pelos quais o organismo passa e como agente que afeta os processos que lhe afetam, ele é representante da espécie e da cultura, mas não é por si a espécie e a cultura.

Se compreendermos um conceito como uma ferramenta de interação com o mundo, os mundos apresentados por cada uma dessas filosofias se diferem e as possibilidades de interação com eles também. O individualismo ao apontar para o eu iniciador, para uma essência e para uma proposta teleológica da ação humana, constrói seus conceitos com uma

limitação argumentativa que vai referenciar sua origem a um agente interno de difícil acesso. Essa essência já determinada e determinadora das expressões que serão geradas deixa pouco espaço para uma investigação que tenha efetividade quando a alteração desses fenômenos de modo que se resolva as problemáticas que a ciência busca resolver.

O argumento apresentado por Skinner (1971/1973) é o de que o indivíduo como apresentado pelo comportamentalismo radical - sob uma leitura relacional e pluralista desse fenômeno - é uma das leituras possíveis que se destaca por seu caráter promissor de maior efetividade na interação dos indivíduos com o mundo - como na resolução de problemas sociais.

Entender o indivíduo como processo e produto, como fluido e mutável, é um desafio em um contexto em que as leituras tradicionais condicionam os indivíduos a uma leitura dicotômica dos fenômenos. A disputa entre indivíduo e coletivo pela primazia do agir no mundo - tema central na caracterização do individualismo - encontra no comportamentalismo radical uma resposta que exige uma compreensão do caráter relacional dos fenômenos e da dependência probabilística entre eles. O trabalho do pragmatista e selecionista, e portanto, o trabalho dos comportamentalistas radicais parece ser, em parte, o de fornecer novas possibilidades de leitura, que melhor permitem aos indivíduos se relacionarem, consigo e com seu ambiente no geral.

O indivíduo para o comportamentalismo radical é um indivíduo que resulta dos encontros e convergências dos três processos de seleção, assim como das rupturas e do conflito desses processos. Para compreender o indivíduo como dado pela leitura selecionista pragmatista é preciso desafiar a tradição e exercitar práticas que enriqueçam as possibilidades e relações, rupturas e conflitos entre os eventos, compreender o indivíduo para o comportamentalismo radical é entendê-lo não como o agente primeiro, mas como mais um dos fenômenos do mundo plural.

As características aqui discutidas, as filiações filosóficas, as explicações de origem e constituição dos indivíduos não permitem a afirmação de que o comportamentalismo é um individualismo. As aproximações parecem ocorrer devido ao comportamento do indivíduo ser um fenômeno bastante conspícuo e as observações sobre tal fenômeno se encontram em similaridades ocasionais entre as teorias apresentadas. Se nos individualismos o indivíduo tem lugar de primazia, de agente primeiro no mundo, no comportamentalismo radical a existência do indivíduo só é possível como coexistência com seu ambiente físico, social e cultural - desde seu início até seu fim.

Conclusão

Na pesquisa realizada foram identificados três tipos de individualismo: o atomista e o personalista - teorias ontológicas sobre o indivíduo -, e o metodológico - uma proposta epistemológica. O principal fundamento que parece unificar e caracterizar tais teorias como individualistas é a alocação do indivíduo em um lugar de primazia em relação ao coletivo - seja como a unidade originadora das ações e essência dos grupos, seja como objeto de estudo mais adequado para a compreensão de fenômenos sociais.

A leitura sobre o comportamentalismo aqui apresentada se filia a uma visão mais contemporânea do fazer científico, uma visão mais plural. Essa leitura compreende que há duas filosofias fundamentais que influenciam e caracterizam a ontologia e a epistemologia do comportamentalismo radical: o selecionismo e o pragmatismo (Lopes & Laurenti, 2014; Moxley, 2004). O pragmatismo e o selecionismo são uma subversão dessas filosofias tradicionais, apresentando a tese alternativa de que os seres vivos se tornam o que são através da relação da ação com seu contexto, em um processo no qual a consequência é definidora para a seleção dessas ações.

Uma proposta pragmatista-selecionista é um compromisso com uma ontologia e epistemologia anti-essencialista, que se opõe à compreensão dos eventos como absolutos, herméticos ou acabados. Trata-se de um compromisso com uma ontologia da mutabilidade irreduzível, com o papel importante do acaso e da variabilidade e a evidência do papel selecionador das consequências. O comportamento desse ser relacional, em uma relação funcional com as consequências de suas ações, é um comportamento contextualizado, não apresenta início nem é teleológico (Lopes & Laurenti, 2014).

Em uma comparação entre o comportamentalismo radical e os três tipos de individualismo algumas aproximações podem ser apontadas. No entanto, isso não permite defender uma identificação ou filiação do comportamentalismo radical ao individualismo, uma vez que há grandes diferenças filosóficas entre essas linhas teóricas.

Considerando que para os comportamentalistas, o indivíduo é resultado de três níveis de seleção pelas consequências - que resultam em um organismo, uma pessoa e um *self*, e que suas características são determinadas probabilisticamente na relação com o ambiente, temos um indivíduo que não é imutável ou uma expressão de uma essência ou um fenômeno acabado. Como um indivíduo que é formado por sua relação com o ambiente físico, social e cultural, o lugar de primazia não existe, a existência do indivíduo só é possível como coexistência.

Levando em consideração a base explicativa essencialista das filosofias individualistas e os fundamentos selecionistas pragmatistas do comportamentalismo radical, não temos um argumento de bases sólidas para afirmar o comportamentalismo radical como um tipo de individualismo. A filosofia comportamentalista radical nos convida a uma reflexão e prática que desafiam as teses tradicionais e que, por isso, não é tarefa fácil: entender o indivíduo como produto de uma história complexa, de processos ordenados e de acaso, sem recorrer a essências e a noções de imutabilidade, nem a dicotomias entre o indivíduo e o coletivo.

A conceituação de indivíduo proposta no comportamentalismo radical também é produto e processo de uma visão pragmatista, comprometida com a eficiência desse conceito para a atuação do indivíduo no mundo - e para as consequências no mundo sobre o indivíduo. A argumentação skinneriana é de que essa proposta é muito promissora para a construção de um mundo melhor (Melo, Castro & de Rose, 2015).

No entanto, a incompatibilidade com o individualismo parece não implicar uma filiação automática à filosofia coletivista - geralmente considerada a única alternativa ao individualismo. A análise complexa dos fenômenos incentivada pelo pragmatismo deve ser aplicada também nesse tema. Em uma conceituação relacional de indivíduo, as delimitações sobre o que é o indivíduo e o que é o coletivo são inegavelmente complexas e convidam ao abandono do pensamento dicotômico. Entretanto, como este trabalho não se propôs a investigar o coletivismo, uma discussão mais adequada sobre as (im)possibilidades de aproximação entre comportamentalismo radical e coletivismo é uma tarefa que deve ser enfrentada por pesquisas futuras.

Por fim, vale destacar alguns limites desta pesquisa. A escolha de dicionários e verbetes de obras de referência como fonte para a definição das filosofias individualistas é justificada por fornecerem as teses centrais, mas limitaram a análise mais detalhada das elaborações sobre questões relacionadas à origem dos indivíduos e pessoas, assim como das aplicações do individualismo metodológico. Além disso, essas fontes limitaram a análise a certos tipos de individualismo, que embora pareçam ser os mais conhecidos, sem dúvida, não esgotam o assunto. As fontes sobre o comportamentalismo também precisaram ser limitadas por uma questão de tempo hábil para a execução da dissertação, de modo que os trechos selecionados foram os de caráter mais “fundamentais e generalistas”, mas que podem ser complementados em trabalhos futuros. Apesar desses pontos, os dados coletados nos parecem

ter sido suficientes para uma elaboração geral adequada, que fundamenta a conclusão de que o comportamentalismo radical não deve ser considerado um individualismo.

Referências

- Abib, J. A. D. (2009). Epistemologia pluralizada e história da psicologia. *Scientiae Studia*, 7(2), 195-208.
- Andery, M. A. P. A., Micheletto, N. & Sérgio, T. M. de A. P. (2002). O modelo de seleção por conseqüências a partir de textos de B. F. Skinner. Em Teixeira, A. M. S., Sénéchal-Machado, A. M., Castro, N. M. dos S. de & Cirino, S. D. (Orgs.), *Ciência do Comportamento: conhecer e avançar 2* (pp. 151-163). ESETec.
- Andery, M. A. P. A., Micheletto, N. & Sérgio, T. M. (2004). Publicações de B. F. Skinner: de 1930 a 2004. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 6(1), 093-134. Recuperado em 16 de maio de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452004000100010&lng=pt&tlng=pt
- Britannica. Personalism. In *Encyclopedia Britannica* (junho de 2013). <https://www.britannica.com/topic/personalism>
- Chaui, M. (2018). Introdução à história da filosofia: Vol. 2: As escolas helenísticas. Companhia das Letras.
- Dittrich, A., Melo, C. M., Rocha, C. A. A. & Hunziker, M. H. L. (2024). Pesquisas sobre conceitos. Em Laurenti, C. & Lopes, C. E. (Orgs.), *Pesquisas teóricas em análise do comportamento* (pp. 27-48). Paradigma.
- Dumont, L. (1993). O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rocco. (Obra original publicada em 1985).
- Ferrater Mora, J. (1951a). Individualismo. *Diccionario de filosofia*. Montecassino.
- Ferrater Mora, J. (1951b). Individuo. *Diccionario de filosofia*. Montecassino.
- Ferrater Mora, J. (1951c). Personalismo. *Diccionario de filosofia*. Montecassino.

- Heath, J. Methodological individualism (2005). In E.N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2020 Ed.). Stanford University.
<https://plato.stanford.edu/archives/sum2020/entries/methodological-individualism/>
- Johnson, A. G. (1997a). Atomismo e holismo. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Zahar. (Obra original publicada em 1995).
- Johnson, A. G. (1997b). Individualismo. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Zahar. (Obra original publicada em 1995).
- Johnson, A. G. (1997c). Individualismo metodológico. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Zahar. (Obra original publicada em 1995).
- Laurenti, C., Lopes, C. E. & Araujo, S. F. (Orgs.). (2016). *Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos*. Hogrefe CETEPP.
- Lopes, C. E. & Laurenti, C. (2014). Comportamentalismo. Em Araújo, S. F., Caropreso, F., Castañon, G. A., Simanke, R. T. (Orgs.), *Fundamentos filosóficos da psicologia contemporânea*. (pp. 87-130). UFJF.
- Lopes, C. E., Laurenti, C. & Abib, J. A. D. (2012). Conversas pragmatistas sobre comportamentalismo radical: mundo, homem e ética. ESETEc.
- Lukes, S. M. (n.d.). Individualism. In *Encyclopedia Britannica*. Recuperado em 27 de Maio 2024, de <https://www.britannica.com/topic/individualism>
- Melo, C. M., Castro, M. S. L. B. & de Rose, J. C. (2015). Some relations between culture, ethics and technology in B. F. Skinner. *Behavior and Social Issues*, 24, 39-55.
- Morgan, G. (1942). Individualism Versus Individuality. *Ethics*, 52(4), 434–446.
<http://www.jstor.org/stable/2989134>
- Moxley, R. A. (2004). Pragmatic selectionism: the philosophy of behavior analysis. *The behavior analyst today*, 5(1), 108-125.

- Patto, M. H. S. (1922). A constituição da psicologia científica. In: M. H. S. Patto (Org.), *Psicologia e ideologia: Uma introdução crítica à psicologia escolar* (Cap. 3, pp. 117-164). Instituto de Psicologia USP. (Trabalho original publicado em 1984)
- Renaut, A. (1998). *O indivíduo: reflexão acerca da filosofia do sujeito*. DIFEL. (Obra originalmente publicada em 1995).
- Schultz, D. P. & Schultz, S. E. (2011). The study of the history of psychology. Em Schultz & Schultz. *A History of modern psychology* (10 Ed., pp. 1-20). Wadsworth: CENGAGE Learning.
- Skinner, B. F. (1938). *The Behavior of Organisms: An Experimental Analysis*. Appleton-Century.
- Skinner, B. F. (1948). *Walden Two*. Macmillan.
- Skinner, B. F. (1961). *The Analysis of Behavior: A Program for Self-Instruction*. McGraw Hill.
- Skinner, B. F. (1968). *The technology of teaching*. B. F. Skinner Foundation.
- Skinner, B. F. (1973). *Beyond freedom and dignity*. Pelican Books. (Obra original publicada em 1971)
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1978) *Reflections on Behaviorism and Society*. Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1980). *Notebooks*. Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1982). *Skinner for the Classroom*. Research Press.
- Skinner, B. F. (1983). *Enjoy Old Age: A Program of Self Management*. W. W. Norton.
- Skinner, B. F. (1984).
- Skinner, B. F. (1987). *Upon Further Reflection*. Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1989). *Recent Issues in the Analysis of Behavior*. Merrill.

- Skinner, B. F. (1999). *Cumulative record* (Definitive ed.). Copley Publishing Group.(Obra original publicada em 1959).
- Skinner, B. F. (2005). *Science and Human Behavior*. The Free Press. (Obra original publicada em 1953).
- Skinner, B. F. (2013). *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis*. B. F. Skinner Foundation. (Obra original publicada em 1969)
- Skinner, B. F. (2014). *Schedules of Reinforcement*. Appleton-Century-Crofts. (Obra original publicada em 1957)
- Skinner, B. F. (2020). *Verbal Behavior*. Appleton-Century-Crofts. (Obra original publicada em 1957).
- Tourinho, E. Z. (2003). A produção de conhecimento em psicologia: a análise do comportamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23, 30-41.
<https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000200006>
- Tourinho, E. Z. (2009). Subjetividade e relações comportamentais. Paradigma.
- Williams, T. D. & Bengtsson, J. O. (2009). Personalism. In E.N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2022 Ed.). Stanford University.
<https://plato.stanford.edu/entries/personalism/>